



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 082

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE JULHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 082

76ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Projeto de Lei Complementar 07

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 08

Dep. Péricles de Mello 10

Dep. Tadeu Veneri 12

Dep. Plauto Miró 13

Dep. Stephanes Júnior 15

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 09

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 11

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 14

Liderança do PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 20

Liderança da Oposição

Dep. Ney Leprevost 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 23

3ª Discussão 23

2ª Discussão 23

1ª Discussão 26

Requerimentos 46

Encerramento da Sessão 46

Transcrição 47

Publicações:

Atas de Comissões

Defesa do Consumidor 48

Redação 48

Tomada de Contas 49

Ecologia e Meio Ambiente 50

Segurança Pública 50

DIÁRIO Nº 082

76ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secre

tariada pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor

Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Edson Strapasson, Elton Welter, Enio Verri, Luiz Malucelli e Miltinho Pupio (08).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 1000/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Elio Rusch, Durval Amaral e Duílio Genari que pedem esclarecimentos sobre o processo licitatório para seleção da empresa prestadora do serviço de publicidade legal nacional, ocorrido no dia 20 de março último. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 1010/08-GS do Sr. Julio Cesar de Souza Araújo Filho - Secretário de Estado de Obras Públicas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel que pede esclarecimentos sobre a obra de construção do centro de capacitação e treinamento do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 474/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata de alteração do artigo 85 e do artigo 165, incisos I e II, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, visando a correção de erro material. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 475/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata de alteração da Lei

Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, visando a transferência da Comarca de Toledo da atual Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Foz do Iguaçu para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 476/08-GP do Sr. José Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata de alteração do artigo 60 e seu parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que sejam marcadas Sessões Extraordinárias no dia de amanhã, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa da redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Yone Guimarães de Almeida Fayad, ocorrido dia 07/07/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos de idade faleceu a Sra. Yone Guimarães de Almeida Fayad. Era viúva do Sr. Rachid Fayad, deixou ainda quatro filhos, oito netos e sete bisnetos.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Companheira de todas as horas, mãe extremosa, avó dedicada, assim era Yone Guimarães de Almeida Fayad.

O destino roubo-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares da Yone Guimarães de Almeida Fayad, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Guimarães de Almeida Fayad, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do professor José Renato Duarte, professor do Curso e Colégio Positivo.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se faz ante passagem do querido professor Duarte, expressivo mestre do Curso e Colégio Positivo, lecionando a matéria de biologia botânica, deixando sempre por onde esteve um lastro de amizades, ultrapassando a figura de professor e mestre.

REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. João Batista Leonardo em razão de eleição para cadeira da Academia de Letras de Maringá.

No último domingo, 06/07/08, foi eleito membro da Academia de Letras de Maringá. A posse está marcada para 06 de setembro.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Sabaúdia, Exmo. Sr. Almir Batista dos Santos, enviando ao mesmo votos de congratulações pela comemoração da 15ª Expo-técnica.

As comemorações ocorrerão nos dias 07 e 08/08/08 e será a maior de todas as realizadas e promete ser um show de tecnologias em ação.

A Expotécnica de Sabaúdia é o segundo maior evento do seguimento no Paraná, e nesta edição a expectativa é de atingir 7 mil visitantes que acompanharão um show de tecnologia para o desenvolvimento do setor.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao jornalista Antônio Roberto de Paula em razão de eleição para cadeira na Academia de Letras de Maringá.

Antonio Roberto de Paula é jornalista, tendo atuado em jornais de Maringá, sucursais, emissoras de TV e rádio e assessoria de imprensa para órgãos públicos, institucionais e empresas.

No último domingo, 06/07/08, foi eleito membro da Academia de Letras de Maringá. A posse está marcada para 06 de setembro.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Antônio Mario Manicardi em razão de eleição para cadeira na Academia de Letras de Maringá.

No último domingo, 06/07/08, foi eleito membro da Academia de Letras de Maringá. A posse está marcada para 06 de setembro.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar o envio de efusivas congratulações à equipe de bolão AACC/Marechal Cândido Rondon, da cidade de Marechal Cândido Rondon, neste estado, pela conquista do bicampeonato Brasileiro da Taça Brasil de Campeões de Bolão, no último dia 06 de julho, na cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina.

Atletas Bicampeões: Ricardo Silvio Chapla, Oilson Gilnei Tischer, Rogério Eloi Kerber, Felício Jorge Warken, Asterio Pedro Raupp, Helio Timóteo da Cruz, Romeu Backes, Marcos Reuters, Sergio Benites, Elizandro Luis Brum, João Carlos Zamo Vargas, Nilton Eder-

son Birman dos Santos, Carlos Oli Freitas Boeno, Edilson Malavski, Paulo Sergio Patz.

Técnico: Cláudio Brugnago.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se assim entender o seu corpo legislativo, por este Deputado, presta a merecida homenagem aos atletas e equipe técnica pelo título conquistado, renovando votos para que continuem colhendo novos sucessos.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que da decisão seja dada ciência, via correspondência dirigida a cada atleta e técnico.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que o presente subscreve, facultado pelas suas prerrogativas, vem REQUERER, com a devida anuência do Plenário desta Casa Legislativa, o encaminhamento de efusivas congratulações ao Clube de Idosos Amizade, da cidade de Marechal Cândido Rondon, neste estado, pelo transcurso do 30º aniversário de sua fundação, que ocorreu no último dia 04 de julho.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dada ciência da mesma ao Sr. Olmiro Wenzel, ilustre Presidente do Clube, com votos de contínuo sucesso, via correspondência.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1864

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao engenheiro Gelson Forlin.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro paranaense Gelson Forlin expôs as idéias brasileiras no maior encontro mundial sobre transporte, em Washington, EUA.

Entre 13 e 17 de janeiro, deste ano, houve a 87ª edição do congresso anual da TRB, Transportation Research Board. O evento é realizado pela maior instituição mundial sobre transporte, não somente rodoviário, mas marítimo, aéreo, ferroviário e metroviário. No seu encontro anual são discutidas as tendências do setor e as práticas mais eficientes do mundo, é o mais importante encontro do mundo sobre transporte, reunindo mais de 10 mil estudiosos de 75 países.

As recomendações finais deste encontro são encaminhadas ao Congresso americano para orientar as prioridades na destinação das verbas do orçamento americano.

Para 2008 o Congresso contou com a presença de um palestrante brasileiro:

O engenheiro mecânico Gelson Forlin, de Curitiba, foi convidado a proferir uma palestra sobre a gestão do modelo de transporte da cidade e seus cuidados quanto à segurança.

Gelson Forlin, há 13 anos atua na empresa de Transporte Coletivo Glória, e é Gerente Operacional em duas empresas de transporte urbano em Curitiba e uma terceira em Ponta Grossa, enfatizou a eficiência do setor que hoje alcança índices de 99,84% e ainda, a parceria de longos anos com o poder concedente no desenvolvimento das concepções, projetos e equipamentos para garantir conforto e segurança aos usuários.

“Curitiba sempre foi conhecida como geradora e exportadora de idéias. Agora, iniciamos uma nova fase que é a exportação de práticas de Gestão bem sucedidas”, confirmou o engenheiro Gelson.

Durante o Congresso da TRB são instituídos vários comitês de estudos, que se aprofunda em determinados temas como a colaboração de inúmeros técnicos de todas as partes do mundo, e suas importantes experiências.

Forlin apresentou-se na capital americana representando a FEPASC - Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina e o SETRANSP - Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de louvor ao Padre Pontagrossense Agostinho Antonio Rutkoski, pelo inspirador trabalho social e religioso realizado na Paróquia São José, no município de Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência, bem como seja expedido certificado.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1876

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Santuário Nossa Senhora do Carmo.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Santuário Nossa Senhora do Carmo, por ocasião das festividades comemorativas de Nossa Senhora do Carmo.

O Santuário Nossa Senhora do Carmo é o segundo local de maior concentração de devotos da Virgem Maria em Curitiba.

Fundado como paróquia no ano de 1954 e elevado ao grau de Santuário em 2001, desenvolve hoje diversas

atividades religiosas, sendo um grande templo de evangelização e fortalecimento da fé cristã.

REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Padre Chiquito.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Padre Chiquito, por ocasião do lançamento do seu primeiro CD, Fale com Deus.

O Padre Valdirlei Augusto Chiquito, nasceu em 07/10/72, em Campo Largo/PR. É filho de Agostinho Chiquito e de Maria de Lourdes Sabim Chiquito.

Foi batizado no dia 15/10/72, pelo Revmo. Pe. Horácio Capellari na Igreja Nossa Senhora do Rocio - Paróquia de Rondinha, onde foram seus padrinhos Otávio Miqueleto e Laura Sabim Miqueleto. Recebeu sua 1ª Eucaristia na Igreja Nossa Senhora do Rocio em Campo Largo, no dia 18/12/83, das mãos do Padre Alcides Zanello. Foi crismado por D. Ladislau Biernaski, no dia 18/05/86, na Paróquia São Sebastião, Rondinha - Campo Largo.

Atualmente é Vigário Paroquial do Santuário Nossa Senhora do Carmo, em Curitiba/PR.

REQUERIMENTO Nº 1865

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do Sr. Armando dos Santos, residente à Rua Joan Elln Nowel, 84 - Vila Rosa - Município de Piraquara, que pede a implantação de rede coletora de esgoto na rua em que reside, tendo em vista que todas as outras ruas do bairro já dispõem de tal benefício.

Os moradores estão passando por vários transtornos face a falta dessa rede, motivo pelo qual o Sr. Armando pede brevidade no atendimento do presente. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente através dos telefones 3673-7335 e 9635-6764.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tissot, solicitando a execução de balizamento no aeródromo de Cianorte, visando a aterrização e decola-

gem de aviões de pequeno e médio porte em sua pista em horário noturno.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista Cianorte ser a Capital do Vestuário, possuindo grande número de indústria de confecções, 06 (seis) aviões de propriedade de empresários cianortenses que utilizam permanentemente hangares no aeródromo e constantemente o município recebe empresários de outras regiões do país, interessados na produção local de vestuário dada a qualidade dos produtos industrializados em Cianorte.

A sinalização do aeroporto para a sua utilização noturna em muito fortalecerá o turismo de compras do município e considerando que o município em parceria com o Governo do estado está realizando investimentos na recuperação da pista do aeroporto do referido município.

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais da presente Sessão Ordinária do artigo SOS Planeta Terra, publicado no Editorial/Opinião do Jornal Hoje de Cascavel, em 21/06/08.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Senador Bispo Marcelo Crivella - Senado Federal e ao Deputado Federal Paulo Roberto Manoel Pereira - Câmara dos Deputados - Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 315/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Estudantes de Barbosa Ferraz - AEBF, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Estudantes de Barbosa Ferraz - AEBF, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz, com início das atividades em 2006, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da sociedade, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento estudantil e social.

Trata-se de uma entidade que tem por finalidade, entre outras, a manutenção e incentivo a solidariedade e a

união entre os estudantes, lutar pelos seus direitos e deveres, promover a assistência social, jurídica e cultural, além da preservação da tradição de luta da classe estudantil, sempre com vistas à preservação dos princípios democráticos do direito e da justiça.

Com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 07.871.553/0001-69 e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 316/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão, com início das atividades em 1984, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da sociedade, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento econômico e social.

Trata-se de uma entidade que tem por finalidade, entre outras, a promoção da aproximação dos dirigentes lojistas, sempre de modo a estimular entre eles o companheirismo e o espírito de colaboração constante, defender os princípios da liberdade democrática e do primado da livre iniciativa. A CDL vem desenvolvendo a melhora do conhecimento técnico-especializado de seus associados sempre no intuito do aproveitamento e desenvolvimento cultural com vistas ao progresso.

Com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 76.720.416/0001-46 e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 318/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual

a Associação dos Moradores do Jardim Santa Luzia, com sede e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente entidade de acordo com a Lei Municipal nº 2017 de 28/02/08, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo assistir, promover e resgatar o exercício pleno da cidadania e da dignidade dos moradores do Jardim Santa Luzia, do município de Campo Largo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 317/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei Complementar nº 119, de 31/05/07:

“Art. 3º (...):

I - o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS, como órgão central;”

“Capítulo II

Do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS

Art. 4º (...)

I - aprovar a Política e o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, a ser proposta pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e fixar as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como as prioridades para o seu cumprimento;

XIV - o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS, deve promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SEHIS.”

“Art. 5º (...)

VIII - 3 (três) representantes dos movimentos populares, entidades nacionais com representação no estado do Paraná.

§ 3º - A Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS será exercida pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, que proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao seu funcionamento”.

“Art. 6º As decisões do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS, serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros, com a

presença de no mínimo 4 (quatro) de seus membros, contado o Presidente.”

“Art. 7º A função de Conselheiro do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS, não será remunerada, mas considerada serviço público relevante prestado à sociedade.”

“Art. 9º (...):

I - formular a Política e o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social.”

“Art. 12. (...)

§ 1º - (...).

§ 2º - Os municípios que não prestarem contas ao Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social, dos recursos recebidos, nos prazos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS, não poderão se habilitar a novos investimentos.”

“Art. 13. A administração do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social será realizada pelo Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - COEHIS, com o apoio técnico da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a qual fica vinculado.”

“Art. 15. As aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social serão destinados a ações vinculadas ao Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e serão destinados a programas que contemplem:

IX - concessão de subsídios observados as normas pertinentes e os limites orçamentários estabelecidos;

X - constituição de contrapartidas, para viabilizar a completa realização dos programas implementados com recursos do FEHRIS.

XI - Remunerar e ressarcir os custos operacionais dos agentes gestor, financeiro operador e promotor.

§ 4º Os recursos do FEHRIS poderão ser associados a recursos onerosos.”

“Art. 17. Os municípios, para participarem dos órgãos mencionados no artigo 3º desta lei, necessariamente, deverão constituir, em seu âmbito, sem prejuízo das exigências da Lei Federal nº 11124, de junho de 2005;”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 14, da Lei Complementar nº 119, de 31/05/07.

Art. 3º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 11124 de 16/06/05, institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS.

A citada lei que tem seus objetivos elencados no artigo 2º, previu ainda, em seu artigo 12 que os recursos

do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos estados, distrito federal e municípios, os quais deverão constituir Fundo, com dotação orçamentária própria, destinados a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS, bem como constituir Conselho que contemplem a participação de entidades públicas e de segmentos da sociedade ligados à área de habitação.

Em cumprimento aos dispositivos previstos na Lei Federal, em 31/05/07 foi sancionada a Lei Complementar nº 119, a qual instituiu o Sistema Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - SEHRIS, e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS, no âmbito do estado do Paraná.

Assim, visando a adequação ao sistema implementado à nível nacional, uniformização do texto, bem como a maior amplitude à aplicação dos recursos do Fundo propõe-se algumas alterações na Lei Estadual 119, na forma apresentada no projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Casa está recebendo a honrosa visita do Senador da República, Presidente do Partido Progressista Nacional, Dr. Francisco Dornelles, Ministro da República, acompanhado do Deputado Federal Ricardo Barros, Presidente do Partido Progressista no estado do Paraná. Sejam muito bem-vindos a esta Casa, que é a casa de todos os paranaenses!

Convidamos o Sr. Deputado Belinati para que possa representar, juntamente com o Deputado Anibelli, com o Deputado Augustinho Zucchi, com o Deputado Edgar Bueno, com o Deputado Carlos Simões, para que faça as honras da Casa recebendo, neste momento, em nome do Presidente Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa, nosso Senador Francisco Dornelles. Seja bem-vindo a esta Casa de Leis!

Pequeno Expediente:

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito na tarde de hoje, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Informo a V. Exa. que seu tempo é de cinco minutos, no Pequeno Expediente, porém, V. Exa. tem mais 10 minutos no Horário das Lideranças. Consulto V. Exa. se já vai fazer uso da Liderança.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidenta, Deputada Cida Borghetti, hoje Maringá predomina no comando dos trabalhos da Casa; Deputado Luiz Nishimori, grande comandante da Imin-100; nossa querida Deputada Luciana Rafagnin; Deputada Rosane, demais Deputados, comitê de imprensa. É uma alegria à nossa Casa poder receber no dia de hoje a

visita de um dos mais ilustres brasileiros, Senador da República, Francisco Dornelles e também Presidente Nacional do nosso Partido Progressista. O Deputado Ricardo Barros, Comandante Estadual do PP, promoveu um grande encontro na manhã de hoje no restaurante Madalosso, com as bases do partido na capital e em todo o interior, em uma troca de experiências, que considerei bastante válida a sua iniciativa. Encontro que foi coroado pela presença de tão grande brasileiro, que faz parte da história do Brasil, Senador Francisco Dornelles.

Presidenta Cida Borghetti, todos os cidadãos devem tradicionalmente ter um profundo respeito às autoridades constituídas. Muitas vezes, ou quase que com frequência, ligamos o rádio, a tevê, ou abrimos o jornal e há duras e contundentes críticas à atuação de maus policiais. É evidente que em se tratando da Polícia Civil ou da Polícia Militar, como em todas as demais categorias, não podemos generalizar e estender a crítica ao bom e dedicado policial, que muitas vezes chega a perder a sua vida ou está com a sua vida em permanente risco, visando garantir a segurança de todos nós cidadãos. O nosso respeito a esse trabalho de risco, perigoso, que o bom policial realiza no dia-a-dia. Mas também o nosso reparo e a nossa crítica àqueles que comandam a Polícia e que não oferecem aos seus subordinados alguns treinamentos adequados, como se fazer uma abordagem ao cidadão que está a pé na rua, caminhando, ou de bicicleta, ou de moto, ou de carro, ou seja, o veículo automotor que ele estiver, a falta de preparo de muitos policiais, de treinamento e de gente competente para treinar os policiais, porque em tudo é fundamental o treinamento.

De vez em quando vemos com tristeza o que ocorre na construção civil, principalmente em que o operário despenca do alto do prédio, acaba perdendo a vida ou ficando com seqüela irreparável, por quê? Porque esse operário não foi treinado, não recebeu nenhum treinamento sobre medidas preventivas de segurança no trabalho. Então, a culpa passa a ser, mais diretamente, do empregador, do empresário do que do empregado. Depois vem ação, às vezes a viúva fica vários anos brigando na Justiça, tentando receber uma indenização financeira porque a vida daquele chefe de família não mais será devolvida. É extremamente importante que no trabalho, nas empresas, em todos os segmentos, haja treinamento para quem está exercendo algum tipo de atividade profissional. O bombeiro precisa de treinamento, o operário, às vezes até o porteiro do prédio. Muito especialmente precisa treinamento para os policiais, mas não adianta pôr gente despreparada para treinar, porque não vai treinar coisa nenhuma!

Outro dia vimos um relato da Polícia do Rio de Janeiro que vive sendo execrada publicamente no noticiário regional, nacional, e até internacional, a Polícia do Rio de Janeiro é hoje talvez a Polícia do mundo mais criticada pelos veículos de comunicação e pela população de um modo geral. Por quê? Porque já está virando rotina, a Polícia vai atrás de um carro, pensa que é ban-

dido, mata criança! A Polícia vai atrás do carro: “Pensamos que fosse bandido”. Mata o chefe de família. “Fomos atrás do carro, perseguimos o carro, pensamos que fosse um traficante de droga, algum bandido perigoso, atiramos e quando fomos ver erramos o tiro, era uma dona-de-casa.”

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Hoje já não dá mais para falar que este problema da falta de treinamento da Polícia seja apenas da Polícia do Rio de Janeiro, não é não! Desgraçadamente o problema está aqui na nossa casa, aqui no Paraná também, infelizmente. É a notícia que ganhou o noticiário do Brasil inteiro e certamente também vai para o exterior: a Polícia do Paraná, despreparada, não tendo treinamento adequado, estava perseguindo um carro, eram bandidos, de repente os policiais se atrapalharam, e no primeiro carro que apareceu eles atiraram. Depois que atiraram viram alguém morto: “Agora vamos ver quem é o bandido.” E para espanto dos policiais era apenas uma jovem, tombou morta! Uma jovem que deveria ter uma vida longa pela frente, está aqui no jornal: “Polícia Militar mata jovem por engano em rodovia do Paraná. Uma perseguição policial acabou na morte de Rafaele Lima.” Uma jovem de apenas 21 anos de idade! O policial primeiro atirou, primeiro matou e depois foi ver quem é que ele tinha matado! Jovem de apenas 21 anos, residente, aqui pertinho de Curitiba, na cidade de Porto Amazonas.

Infelizmente, Sra. Presidente, este não é o primeiro tiro errado dado pela Polícia, aqui no Paraná, para tristeza nossa muitas e muitas famílias curtem a dor do luto, porque perderam algum parente vítima do tiro errado dado pela Polícia. Quantas crianças no Paraná já foram baleadas, porque estavam no carro com o pai voltando do trabalho ou de alguma festa? Como essa jovem com sua família voltando para casa e jamais teria, essa jovem imaginado, que ela tombaria morta nas mãos de policiais, que deveriam não matar, mas dar segurança à população.

Por isso, Presidenta Cida, vamos aproveitar mais essa desgraça que aconteceu para fazer um apelo ao Governador Roberto Requião, ao Secretário Delazari, ao Comandante da Polícia Militar, não coloquem armas nas mãos de policiais despreparados. Ao colocar um revólver, uma metralhadora nas mãos de um policial faça o treinamento desse policial. O treinamento e não ensinar a apertar o gatilho, é atirar e não matar. O primeiro treinamento, são nos cuidados que o policial tem para parar essa onda que se espalha pelo Brasil em que a pessoa tomba morta. Está de um jeito que você corre o risco de ser morto por assaltantes, de ser morto por traficantes. E o pior agora, é isso que chamamos que está virando uma onda, uma mania, uma rotina também o risco, o medo, o pavor, o pânico de você ser morto vítima de um policial totalmente despreparado.

A nossa homenagem a cada policial da Polícia Civil, da Polícia Militar que honra, que trabalha com dignidade, procurando fazer o melhor de si para garantir a segurança de todos nós cidadãos paranaenses, cidadãos brasileiros. Mas a nossa crítica, mais aos Comandantes, aos Chefes do que propriamente ao policial. É bem provável que o policial despreparado, sem treinamento seja nesse processo, nesse contexto, é provável que ele seja até o menos culpado. Talvez a maior responsabilidade é de quem entregou armas poderosas nas mãos de elementos despreparados, que saem por aí matando. Como mataram essa jovem. E agora o que vai acontecer? Será que vai ter algum tipo de punição? Será que a família está tão interessada que o policial pegue cinco, 10 anos, 20 anos de cadeia? Acho que muito mais do que isso, tem a dor que esta família está sentindo de ter feito nesse final de semana o enterro dessa jovem Rafaela brutalmente assassinada, que caiu morta nas mãos dos policiais do Paraná, que estão no exercício do cargo, mas que não receberam qualquer treinamento para fazer a abordagem correta.

Nosso apelo, que os policiais parem de atirar, primeiro abordem, primeiro vejam quem é a pessoa, seria a última circunstância para um policial apertar o gatilho da sua escopeta, do seu revólver, da sua metralhadora. Seria o último recurso para um policial sair por aí atirando, matando e principalmente de maneira injustificada. Muito mais dolorida e muito mais triste, quando o policial faz o que fizeram esses policiais, matando por despreparo essa jovem de apenas 21 anos. Para que todos nós possamos ter a certeza da segurança que cada paranaense tem direito, o caminho inicial é o Governador, o Secretário de Segurança, Diretor da Polícia Civil, os Comandantes, os Chefes fazerem treinamentos para evitar a repetição de crimes tão doloridos, crimes tão tristes que chocam tanto a opinião pública, que enlutam as famílias aqui do Paraná como aconteceu com a família dessa jovem de apenas 21 anos de idade.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, vim a esta tribuna mais uma vez para fazer um apelo ao Governo do Estado, à Secretaria Estadual da Educação e, particularmente, ao Ministério da Educação, para que possamos resolver, o mais depressa possível, essa grave questão que afeta 35 mil paranaenses, relativa ao curso promovido pelo IESDE e pela VIZIVALE.

Na semana passada, na quarta-feira, convoquei a Comissão que presido, formada neste plenário, na Audiência Pública que aconteceu desde fevereiro deste ano. Recebemos o Secretário Maurício Requião, tivemos uma longa conversa, porque não é possível mais

que essas pessoas que fizeram o curso de boa-fé, fiquem na angústia que estão vivendo há tanto tempo. A cada dia chegam ao meu gabinete novas informações. Informação, por exemplo, que determinado município suspendeu a contratação de professores que haviam passado em concurso público, porque não aceita mais a certidão de conclusão de curso e esses professores não têm o diploma.

Mas aquilo que me deixou revoltado foi que na reunião de quarta-feira, a jovem professora que representa os 35 mil estudantes, trouxe-me alguns documentos que mostram para todos nós as contradições do estado brasileiro e o paradoxo que acontece muitas vezes. Pois bem, o MEC durante todo esse tempo, se recusou a aceitar o registro dos diplomas, porque entendeu que quem tem a autoridade para promover curso de educação à distância é o Conselho Nacional de Educação e não o Conselho Estadual de Educação. O Conselho cometeu um erro. Há uma preocupação em todas as conversas que tivemos, inclusive em setores do estado do Paraná, o Secretário Maurício Requião, o Conselho Estadual, de que temos um problema jurídico. Na medida em que reconheçamos o curso, estaremos absolvendo o IESDE de cometer equívocos ao permitir que se matriculassem alunos que não tinham apenas o 2º grau.

Vejam o paradoxo, o próprio IESDE está promovendo curso complementar para esses alunos. Ele fez uma parceria com a Universidade Castelo Branco e, dessa parceria, surgiu o curso de Pedagogia a nível superior. Essa instituição vai até os alunos e oferece a eles o seguinte: “Se vocês se matricularem nesse curso superior de Pedagogia, podemos fazer o aproveitamento da grade curricular do curso anteriormente feito pelo IESDE em parceria com a VIZIVALE. Vocês, com uma carga horária complementar de 442 horas, não apenas validam o que fizeram anteriormente, mas chegam ao diploma de Pedagogia, nível superior, além de consolidar e incluir a possibilidade dos profissionais lecionarem na educação infantil, de 1ª a 4ª séries, como é o curso da VIZIVALE. Esses profissionais estão habilitados a ensinarem da 5ª a 8ª séries, 2º grau e curso superior.”

Então, vejam que paradoxo: O Ministério Público fica com dúvidas, o Conselho Estadual, a Secretaria Estadual também ficam com dúvidas, porque precisa de uma complementação para esses alunos e não sabem se eles têm que fazer vestibular ou não.

Enquanto o tempo passa, o IESDE tem vantagem. O IESDE consegue matricular esses alunos num novo curso aberto por eles, em parceria com a Universidade Castelo Branco. E quem perde? Os alunos, que têm que pagar e fazer um novo concurso para conseguir regularizar o conteúdo do curso já feito, com a mais absoluta boa-fé e principalmente aqueles alunos que concluíram o curso, mas não têm acesso à complementação, porque moram em centenas de municípios pequenos espalhados pelo estado, que não têm essa condição ou aqueles alunos que não têm mais condições de perder tempo ou não

podem pagar por esse curso em uma universidade particular.

Tudo continua como antes. O IESDE, se cometeu um erro, um crime, isso tem que ser discutido. Ele está sendo beneficiado por essa demora tanto dos Conselhos do Estado, como do Conselho Federal, como do Ministério de Educação.

Venho a essa tribuna fazer um apelo, repito, ao Ministro, que recebeu uma moção assinada por 54 Parlamentares e que foi encaminhada ao Sr. Presidente, para que venhamos ter boa vontade para resolver esse problema. E pelos dados que eu apresentei hoje, tenho certeza absoluta que é muito simples a solução, o mais depressa possível.

Foi uma longa luta que tivemos até hoje. Começamos apresentando um projeto de lei determinando que as instituições paranaenses de nível superior registrassem diplomas. Esse projeto foi apresentado em dezembro do ano passado. O projeto recebeu um substitutivo do Deputado Caíto Quintana, e o projeto original estabelecia uma ação por etapas, que na primeira etapa, apenas aqueles alunos que cumprissem os pré-requisitos do Conselho Estadual de Educação, eles tinham seus diplomas reconhecidos, para numa segunda etapa ampliar para os demais 25 mil alunos que tinham apenas o 2º grau.

O Deputado Caíto entendeu que todos tinham feito o mesmo curso e que era justo registrar todos os diplomas. Apresentou o substitutivo, aceitamos prontamente e, por unanimidade, esta Casa aprovou em dezembro do ano passado esse projeto, que foi vetado pelo Governador, voltou à Assembleia e decidimos, numa Sessão histórica, com a participação de muitos alunos da VIZIVALE, adiarmos a votação do veto, até termos o resultado final a partir do mérito do Conselho Estadual de Educação.

Em 27 de fevereiro foi criada uma Comissão Especial em uma grande Audiência, com mais de 500 professores de diversas regiões do estado e com a presença de representantes do Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Educação do Paraná, Ministério Público, direção da VIZIVALE, do IESDE, Ministério da Educação, dos Sindicatos dos Trabalhadores do Paraná da Educação, APP.

Em 04 de março tivemos uma Audiência com o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiro Nestor Baptista, para tentar adiar, sem punição, aqueles municípios que acabaram a certidão de conclusão do curso para professores que foram aprovados em concurso público municipal, acredito, que se demorasse mais um tempo, para não punirem os Prefeitos, para que eles não fossem obrigados a tirar os professores contratados no seu quadro de funcionários.

Dia 18 de março foi a Sessão da discussão do veto do Governador que foi adiado e está sendo aguardado pela Mesa para voltar à discussão do veto. Em 26 de março a Comissão Especial, participamos na reunião do Ministério da Educação com o Coordenador Geral de Orientação e Controle da Secretaria de Educação Supe-

rior do Ministério da Educação, Jorge Augusto Pereira Gregori. Dia 27 de março nos reunimos em Brasília com a consultoria jurídica do MEC. Dia 15 de abril nos reunimos novamente em Brasília com o Secretário de Educação à Distância do Ministério de Educação, Sr. Carlos Eduardo. Dia 22 de abril a Assembleia aprovou moção de apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, para que reconheça a criação do Programa Autorizado do Conselho Estadual de Educação.

Dia 12 de maio, pessoalmente, entreguei em mãos ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, cópia da moção de apelo quando o Ministro esteve aqui em Curitiba, inaugurando uma escola com o nome da mãe do Governador Roberto Requião.

Dia 2 de junho me reuni com o Secretário da Educação, Maurício Requião, com o Romeu, o Presidente do Conselho de Educação e com o Mário Pederneiras, professor de Londrina, que faz parte do Conselho Nacional, porque aí tínhamos uma esperança, já que há uma conclusão preliminar que já li nesta Casa, feita pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, passando para o Conselho Estadual o poder de registrar os diplomas em parceria com as universidades públicas do Paraná.

É este o momento no qual estamos, com este parecer preliminar. Só que na reunião que tivemos com o Conselho de Educação, a que me referi, com o Secretário, havia esta dúvida, que já não tenho mais. Se tinha alguma dúvida naquele momento, Deputada Rosane Ferreira, não tenho mais, de que tipo de complementação precisaria ser feita.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, faço um apelo, acho que temos que reunir as forças, Conselho Estadual, Governo do Estado, vou falar pessoalmente com o Governador Roberto Requião, Secretário da Educação, para que cheguemos a um consenso com o Ministério da Educação e, o mais depressa possível, esta confusão preliminar seja assinada pelo Ministro, seja remetida ao Conselho Estadual e à Secretaria da Educação do Paraná, para que o mais depressa possível nossas instituições de ensino superior possam registrar os diplomas dos 35 mil estudantes espalhados por todo o Paraná. Para aqueles 10 mil que já estavam no exercício efetivo do Magistério, seguindo rigorosamente a decisão do Conselho Estadual, seja expedido imediatamente o diploma. Para aqueles outros 25 mil alunos que tinham apenas o 2º grau, que se exija tão-somente uma carga horária de prática em sala de aula, que a maioria já tem, e resolveremos este problema.

Em função deste fato que relatei, do próprio IESDE, em parceria com a Universidade Castelo Branco, estar legitimando e regularizando este curso de outra forma, de forma indireta, porque coloca para os estudan-

tes entrarem no curso desta universidade em parceria com o IESDE e pagarem as mensalidades num período de nove meses e fazerem uma carga complementar de 442 horas, terão reconhecido indiretamente seu diploma, porque terão um diploma de nível superior, que inclui a potencialidade do curso que está em objeto de discussão, feito pelo IESDE e pela VIZIVALE.

Acho que não tem sentido, é um paradoxo, é uma coisa cruel. Aquele que cometeu um crime e deve ser punido, pelo contrário, está sendo beneficiado com esta demora do Ministério da Educação. E quem está sendo prejudicado são os acadêmicos, os estudantes que fizeram o curso. Mais do que isso: quem está sendo prejudicada é a Educação do estado do Paraná, porque temos mais de 300 municípios do estado que contam com estes professores. E se estes professores tiverem que abandonar as salas de aula, quem será prejudicado prioritariamente são nossas crianças e a educação infantil, que vive um momento privilegiado na história do Brasil, porque é uma diretriz governamental que até 2012 toda criança, a partir dos 4 anos de idade, se matriculada no Centro Municipal de Educação Infantil, ao Programa Pró-Infância, que o Governo Federal faz parceria com os municípios, repassando recursos para a construção de creches e centros de educação infantil, equipamentos mediante o fato do município contratar funcionários, professores, para estes centros.

Faço um apelo, acho que não podemos mais esperar. Este documento que tenho traz a verdade dos fatos. Tenho aqui em minhas mãos, para concluir, uma carta feita em 27 de agosto de 2007, da Universidade Castelo Branco, por alguns estudantes que concluíram o curso da VIZIVALE:

(Lê):

“Prezados Srs., concluímos o Programa especial de Capacitação para Docência, os anos iniciais, etc., conforme grade curricular, pretendemos ampliar nossos conhecimentos bem como termos maior atuação no mercado, realizando o curso de Pedagogia ofertado por esta universidade. Deste modo, a fim de dirimir dúvidas, questionamos V. Sa. se a partir da análise da grade curricular anexa é possível eliminar algumas disciplinas do curso de Pedagogia. Em caso afirmativo, quais matérias e quais devem ser cursadas. E, por fim, em quanto tempo o curso pode ser concluído por quem já é formado no Programa Especial”.

E tenho em minhas mãos a resposta assinada pelo representante da Universidade Castelo Branco, onde ele diz às alunas que: “Dessa forma, após análise da matriz curricular e das ementas das disciplinas já realizadas, verificamos a necessidade de serem cursadas as seguintes disciplinas”: São sete disciplinas, em um total de 442 horas, pagando cerca de R\$ 1.200 nesses nove meses.

Acho que a partir desse dado não tem mais o que esclarecer. A única coisa que nos resta a fazer é exigir do Ministério da Educação e, fazer um apelo para que urgen-

temente, sejam regularizadas e registrados os diplomas do curso da VIZIVALE em parceria com o IESDE.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Assim como alguns Deputados, acompanho um debate que vem sendo feito particularmente em um jornal da nossa capital a respeito, obviamente, daqueles processos, daquelas investigações que estão sendo feitas, eu que já tive oportunidade inclusive de comentar aqui na Assembléia sobre funcionários que estariam ou que não estariam aqui, seja nesta ou em outras Legislaturas, que estariam sendo investigados. O que me chama atenção e o que apresentamos aqui, foi um projeto que determina que tenhamos o cumprimento do artigo 234 da Constituição Estadual.

Acredito que embora tenhamos visões diferentes, todos queremos ter o máximo possível de transparência neste espaço e acho que não há como fazermos isso se não cumprirmos aquilo que determina a Constituição do Estado no artigo 234, que é fazer em todos os anos - e não sei por que isso nunca foi feito - a relação de todos os servidores do estado do Paraná, sejam concursados ou comissionados de livre provimento, todos os funcionários que trabalham para o estado do Paraná estejam relacionados, seja do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, porque me parece que esse é um dos poucos caminhos que temos.

Não acredito que possamos, indefinidamente, postergarmos uma ação que a sociedade e digo que não é jornal aqui do estado do Paraná, não é porque a Gazeta do Povo neste momento está fazendo, não é porque outros jornais fizeram em outro tempo, não é porque uma rede de televisão está fazendo este ou aquele pedido. Como Deputado, entendo que temos, sim, a obrigação de fazer com que a população tenha condições de acesso rápido e objetivo de todos os servidores que trabalham na Assembléia Legislativa, no Tribunal de Contas, no Ministério Público, no Executivo e por quê?

Porque somos pagos integralmente com recursos públicos e não há - embora talvez tenhamos divergências no encaminhamento - nenhum tipo de constrangimento a nenhum Deputado, a nenhum dos Poderes em saber que no mês de março nós cumprimos aquilo que a Constituição - que inclusive foi feita pelos Deputados da Assembléia Legislativa, que outros Deputados que aqui estiveram fizeram um artigo justamente por entenderem que é necessário que tenhamos, hoje com uma facilidade maior ainda, porque há condições de fazer isso por meio digital, há condições de colocar isso on-line nas páginas

da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, fazer com que as pessoas tenham condições de saber que o Ludimar Rafain trabalha no gabinete do Tadeu Veneri, que o Antenor trabalha no gabinete do Tadeu Veneri. É preciso que as pessoas saibam disso. Não vejo aonde está o problema.

Não acho, com todo o respeito aos Deputados que têm outro ponto de vista, mas não acho que possamos contribuir para a transparência, nos negando a fazer esse debate. Acho que é um debate necessário, um debate oportuno e um debate atual; porque se nós não o fizermos agora vamos ter que fazê-lo, sei lá quando, se daqui a um ano, daqui a seis. Mas a verdade, é que de uma vez por todas precisamos entender que aqui, como nos outros espaços do Poder Público, somos 100% pagos com o dinheiro dos impostos, e não é possível que nós muitas vezes olhemos como se estivéssemos dentro de uma empresa privada, onde se eu quisesse eu publico, se eu não quisesse eu não publico.

Além do que, sabemos que todos os nossos servidores, sejam eles permanentes da Casa, sejam eles comissionados, têm a sua lotação, quando são aqui nomeados, têm a publicação da sua nomeação no Diário Oficial da Assembléia Legislativa. A dificuldade, Deputada Rosane, é que o Diário Oficial da Assembléia Legislativa, por razões óbvias, não está a disposição do estado do Paraná para pessoas que moram por exemplo em Ivaté, não está a disposição para quem está em Paranaguá, não está a disposição inclusive aqui dos curitibanos se quiserem, porque teriam que vir aqui. É um contra-senso achar que estamos fazendo um processo de transparência por publicarmos a nomeação no Diário da Assembléia e ficarmos nisso.

Acho, e temos aqui com o Deputado Caíto Quintana, uma discussão para melhorarmos um projeto que apresentamos, estamos estudando o projeto para ver como vamos apresentá-lo, agora está na CCJ no 2º semestre, porque acho que nós temos sim que dar um passo à frente. Não podemos ficar num processo negativo, um processo que o tempo todo quando procuram saber quem está aqui é porque querem atacar a Assembléia. Não é isso, as pessoas têm o direito de saber quem está aqui, com quem está e como está, aliás, é um direito constitucional, nós não deveríamos nem estar discutindo isso, é um direito que está na Constituição mas não é cumprido.

Então, vai ser uma luta de muitos Deputados, o Deputado Stephanes, certamente estará entre os Deputados que assinarão esse projeto, iremos procurar outros Deputados porque eu acredito que esse não possa ser um projeto de um único Deputado, Deputado Cheida, mas acho que não podemos ficar num processo de negação eterno, até que as coisas aconteçam do jeito que estão acontecendo temos que responder publicamente, muitas vezes sem saber nem do que estamos sendo cobrados.

Obrigado Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito com a palavra Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta última semana tivemos na cidade de Ponta Grossa, em especial na sexta-feira, uma grande mobilização de lideranças que questionam o oligopólio dos fertilizantes. Até foi capa dos dois jornais, manchete dos dois jornais de Ponta Grossa, enfim, de todos os jornais, aonde mostra o manifesto pelo fim do oligopólio de fertilizantes. A outra manchete: "Protesto contra oligopólio de fertilizantes fecha, pára a BR-376". A verdade é que assistimos, no decorrer dos últimos anos, em especial nesses últimos 16, 17 meses, um aumento significativo dos fertilizantes no nosso Brasil. E aqui no estado do Paraná, no começo da década de 90, tínhamos a PETROBRAS, empresa pública de propriedade do Governo Federal, produzindo uma parte dos fertilizantes, em especial os fertilizantes nitrogenados, e oferecendo por um preço competitivo no mercado e fazendo com que os produtores, tanto o pequeno, o médio produtor e o grande, pudessem pagar menos pelos fertilizantes.

Sabemos que aqui no Brasil é importado em torno de 70% da matéria-prima para fazer o fertilizante. E naturalmente isso vem de países como o Canadá, de países asiáticos, e até a China era grande exportador de matéria-prima de fertilizantes para o nosso Brasil. Mas como nós falamos, a PETROBRAS, que lá no passado produzia aqui no estado do Paraná, na empresa que se chamava Ultrafertil, fertilizantes nitrogenados, lá na década de 90, acabou sendo vendida, passou dentro do processo de privatização e tomou conta do nosso planeta. E o Brasil não deixou de acompanhar essa vontade.

Isso fez com que os produtores de grãos deste país viessem a sentir falta da antiga Ultrafertil, hoje Fosfertil.

Nesses últimos 15 anos, houve uma ampliação significativa das áreas de plantio no Brasil. E para se produzir mais, mais fertilizantes foram usados por hectare pelos agricultores brasileiros. E a produção, feita no Brasil, deixou de ser suficiente para fazer frente à demanda.

Então, vimos os preços dos fertilizantes, nos últimos 15, 16 meses, subirem mais de 100%. Fez com que lideranças do nosso país, do nosso estado, viessem se mobilizar cobrando das autoridades uma ação concreta, para que o Brasil pudesse a vir produzir mais adubo.

Aqui nesta Casa, há 30 dias, teve uma Audiência Pública liderada pela Bancada do PT, que chamou lideranças, representantes do Governo Federal, para debater a questão dos preços dos fertilizantes e, em especial, a privatização da Ultrafertil.

Os jornais mostram uma Audiência Pública em Ponta Grossa, com a presença dos Deputados Péricles de Mello e Tadeu Veneri, de Vereadores que compõem a

Câmara Municipal, do Sr. Paulo Fier, Edson Baguinara, um dos Diretores do Movimento Sem-Terra do nosso estado e o Secretário da Agricultura, Walter Bianchini. Lá todos criticaram a privatização da Ultrafertil.

Na Audiência Pública feita nesta Casa ficou claro, temos aqui no Brasil um consumo significativo de fertilizantes. Mas o Brasil produz só 70% do fertilizante que consome. Vários países vendem matéria-prima para o Brasil, com isso faz com que o Brasil participe desse mercado internacional, que teve seus preços alterados no decorrer dos últimos dois anos. E tudo isso é repassado para a agricultura brasileira. Isso, para termos uma idéia e vermos a gravidade que o Brasil enfrenta.

Outro dado interessante: a China é o maior consumidor de fertilizantes do mundo. Consome 42% do fertilizante produzido no planeta. Em 2º lugar vem a Índia. Ela consome 30% do fertilizante produzido no planeta. Depois vem os Estados Unidos, que consome na casa de 20% dos fertilizantes produzidos no nosso planeta, e depois vem o Brasil, consumindo 6% dos fertilizantes produzidos no nosso planeta. Isso para termos uma idéia, uma dimensão do que é o consumo de fertilizantes no mundo, sendo que o Brasil, um grande produtor de grãos, consome só 6% dos fertilizantes produzidos no planeta.

Na minha avaliação, caminho sem solução. Cabe ao Governo Federal, por meio da PETROBRAS, que hoje é uma das maiores empresas do planeta, entrar no setor. Aqui no Brasil temos minas de fósforo que podem ser exploradas, precisam de investimentos e podem fornecer quase todo fósforo que é usado na composição dos fertilizantes. Temos no Brasil uma pequena mina de potássio, que é explorada pela Vale do Rio Doce e que produz em torno de 2 ou 3% do potássio produzido no mundo. Para se ter idéia da dimensão e do pequeno tamanho que tem essa mina. Tem uma outra reserva que não produz ainda no nosso Brasil, é uma reserva que fica do lado do rio Madeira, lá no estado do Amazonas, onde temos que ver um investimento feito pelo Governo Federal para que possa tornar essa mina produtiva e, naturalmente, vendendo no mercado interno brasileiro e fazendo com que o agricultor possa ter um custo menor nos fertilizantes na hora de plantar.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

A PETROBRAS tem que voltar a fazer o que fazia. Se vendeu, privatizou, é coisa do passado. Mas ela tem patrimônio, tem dinheiro para investir em novas fábricas de produtos nitrogenados para que possa fazer a composição dos fertilizantes que consumimos no Brasil.

Lá no estado da Bahia temos uma empresa estatal da PETROBRAS que produz uma pequena quantidade de fertilizantes nitrogenados, que é a uréia e outros produtos, outra matéria-prima da composição dos fertilizantes. Então, é prático e simples. Tem solução? Tem. O que tem que fazer? É ver o Governo Federal tomando a iniciativa

e fazendo com que ele venha a intervir, investir. Eu sempre digo: por que não o PAC dos fertilizantes? A moda no país é o tal do PAC, investimento em infra-estrutura, investimento em construção de casas e por que não investimento significativo na área de produção de fertilizantes? A PETROBRAS pode ser o braço do Governo para intervir e fazer aquilo que já fez no passado.

Espero vermos, no decorrer das próximas semanas, meses, nos próximos anos, em especial no mando do atual Presidente da República, que é o representante do Partido dos Trabalhadores, agir, sair fora do discurso. É hora de agir. É hora do Governo Federal intervir, porque essa questão de só atacar aqueles que estão produzindo fertilizantes no Brasil e no mundo não resolve o problema. O problema é um só: o Brasil importa 70% do adubo consumido e o Governo Federal tem que agir. As minas estão aqui no território nacional. Tem que investir recursos significativos. Repito: o Governo Federal tem e o caminho é a PETROBRAS, para que possamos ter um barateamento na produção de alimentos no nosso país e, naturalmente, tornando o agronegócio, a produção de grãos, de alimentos, uma divisa a mais, com números mais significativos para o nosso país.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, parabéns pelo seu pronunciamento!

Eu coordenei a Audiência Pública em Ponta Grossa e, inclusive, fizemos uma autocrítica, porque achamos que tinha que ter muito mais representação, pois acho que essa luta, Deputado Plauto, une diferentes forças ideológicas. Acho que tanto o agronegócio, quando a grande propriedade agrícola rural, como a pequena propriedade, como os movimentos sociais, têm uma história no Brasil, estão todos unidos, porque é um gargalo que põe em risco o futuro da própria agricultura brasileira, que pode crescer muito. Já cresceu bastante, mas se resolvermos essa grave questão, sem dúvida o crescimento será muito maior.

Agora, é claro, o movimento social faz uma crítica fundamentada social a Bunge. Durante a Audiência Pública foi passado um vídeo sobre o processo de privatização há 15 anos atrás. Tudo que as Lideranças falavam naquele momento aconteceu. O setor estratégico, o próprio fertilizante, não poderia ter sido privatizado da forma que foi. Porque hoje é um setor oligopolizado mundialmente.

O senhor tem toda razão e lhe dou apoio, que tem que cobrar do Governo Federal. O Ministro da Agricultura, mostrou a preocupação com o lançamento do pacto de plano de ante-safra, para o Governo começar a investir na produção de fertilizantes. Temos que unir todas as forças, porque essa é uma luta que interessa a todo o povo brasileiro e ao futuro da nossa agricultura.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço, Deputado Péricles. Vejo a sua posição com muito equilíbrio, sabendo de que o problema existe, é seriíssimo. Na minha avaliação temos que virar a página do que aconteceu no passado. Se foi certo ou errado podemos discutir. Temos que caminhar no sentido de buscar as alternativas, para fazer com que voltemos a ter a intervenção do Governo Federal, na produção de fertilizantes no nosso país.

Repito, a PETROBRAS fazia muito bem feito no passado, através da Ultrafertil aqui no Paraná, em um trabalho que oferecia aos produtores um produto com preço competitivo e justo. A partir do momento em que a Ultrafertil saiu da mão do Governo Federal, vimos no decorrer das últimas décadas uma caminhada de alta no preço dos fertilizantes, todos eles norteados por esse preço internacional. Hoje com a globalização os preços são feitos na esfera mundial.

Acho que essa questão da privatização, da reestatização da empresa, não é o caminho da solução. A solução, sim, na minha avaliação é o Governo Federal investir, não apenas nos fertilizantes nitrogenados, como também dos oriundos do fósforo e do potássio. Temos as minas no Brasil para suprir esse consumo. Elas estão no território nacional. Por que não o Governo Federal que é o braço forte do país, que fica com a grande parcela da arrecadação dos impostos do Brasil, tem que vir e intervir para fazer com que os produtores rurais possam ter acesso a um produto e um fertilizante mais barato?

Para encerrar, para vocês terem uma idéia, Deputado Nishimori, o senhor que é um produtor rural e conhece bem o assunto que estamos falando, a China primeiramente sobretaxou a exportação da matéria-prima dos fertilizantes, para que se caso quisessem comprar dela o INPK, a composição do adubo, teria que pagar 120% a mais na matéria-prima. Agora ela proibiu a exportação para proteger os seus produtores. Quanto é séria esta questão dos fertilizantes, que atinge diretamente o preço da comida no prato dos brasileiros e dos moradores de todo o nosso planeta.

Obrigado, senhora Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)**O SR. STEPHANES JÚNIOR**

Deputada Cida Borghetti, do PP, que preside esta Sessão, Deputado Luiz Nishimori, do PSDB Deputado Edgar Bueno, do PDT, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores.

Queria abordar um tema, que já foi abordado antes pelo Deputado Tadeu Veneri e que muito me incomoda, que é esse assunto dos “gafanhotos”, que nesse caso é uma praga. Fico contente em saber que a minha voz não é

a única e que um Deputado mesmo sendo do PT pensa igual a mim. É muito ruim, saber que pessoas usaram “laranjas”, pessoas que nem sabiam, como funcionários, receber dinheiro. Isso é terrível! Isso é uma prática que eu abomino e sei que nesta legislatura ninguém faz, mas esta Casa tem que se pronunciar, apurar e depurar este fato. Uma das atitudes que devem ser tomadas, além da depuração que o Deputado Nelson Justus deve estar fazendo, acho que é a questão da transparência, não só para o Legislativo, mas para o Executivo e para o Judiciário. Acho que fornecer a relação dos funcionários é importante e não só na questão dos funcionários da Casa, mas até na prestação de contas. Eu vi que Deputados Federais usaram dezenas de “laranjas”, dizendo que deram dinheiro para campanha. Isso é terrível e acho que tem que acabar! As coisas têm que ser depuradas, apontadas e esclarecidas!

Sobre esse processo, quero elogiar o Deputado Nelson Justus, porque a Casa hoje, desde que eu entrei, faz um ano e cinco meses agora, mudou bastante. A casa tem hoje uma intranet que funciona, está informatizada, está abrindo para consulta externa toda questão processual em termos de legislação, para saber onde está o processo, o projeto de lei, as emendas, se já tem parecer, para onde foi, isso é fundamental. O recesso dos Parlamentares foi diminuído, até por uma emenda minha; a questão também de pagamento de Sessão extra acabou. O painel, importantíssimo saber a posição do Deputado, como ele vota, se foi contra, a favor, se absteve, esteve presente, é fundamental, isso agora pode ser feito. A televisão que está funcionando, é muito importante também para os trabalhos dos Deputados, para a transparência.

Então, Deputado Nelson Justus, eu já havia votado em V. Exa. como pessoa física para ser Parlamentar, agora votei como Parlamentar em V. Exa. para a presidência. Estou muito satisfeito com o trabalho de sua pessoa na direção da Casa, mas essa depuração tem que acontecer, esse assunto dos “gafanhotos” incomoda. Esse trabalho que está sendo feito pelo Deputado Nelson Justus, de apurar e depurar este assunto, te que ser concluído, porque é muito chato ser abordado, quem não deve pagar por quem deve.

Eram essas as minhas palavras sobre esse assunto. Obrigado.

Grande Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Antes de passar a palavra ao Deputado Romanelli, no Grande Expediente, traquilizar o Deputado Stephanes Júnior que a Casa não só se prontifica em apurar todas estas questões que estão na Justiça, mas podem ter certeza que a Mesa prepara uma PEC decente e justa, muito melhor do que aquela que veio aqui para Casa, e vai apresentar um projeto de resolução para ser votado pelos Srs. Deputados, uma PEC que seja realmente aplicável e transparentes. Nós buscamos também isso! Ainda dentro

deste meu mandato, podem ter certeza que vamos cumprir isso.

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta tarde gostaria de abordar um tema que tem sido objeto da minha reflexão e quanto mais eu vejo os rumos que segue esse novo modelo que quase está virando uma escola de comunicação no nosso país, os chamados neocons. Neocons é um modelo dado pela rede de televisão Fox americana e que alguns dos mais importantes colunistas deste país, importantes no sentido que eles são colunistas da grande mídia, e a grande mídia, Deputado Jocelito, serve ao grande capital, serve à Direita aqui neste país. E os neocons se caracterizam por promoverem um linchamento das pessoas sem que elas tenham o direito ao contraditório, os acusados, eventualmente acusados.

Fiquei muito surpreso, inclusive de ver o banqueiro Daniel Dantas, que até achei interessante, não ele ser algemado, acho que há um excesso, mas por outro lado, temos que reconhecer que é muito interessante, num país como o Brasil, vermos um banqueiro ir para a cadeia. Reconheçamos que o Presidente Lula está inovando. Duvido que outro Presidente da República teria tido a coragem de colocar Daniel Dantas na cadeia. Corajoso o Delegado da Polícia Federal e o Juiz Federal, duas vezes decretou a prisão, uma vez provisória, e outra prisão preventiva do banqueiro. Sinal dos tempos essas mudanças. Também decretou a prisão do Naji Nahas e também do ex-Prefeito Celso Pitta, pegos numa situação escabrosa.

Esse Daniel Dantas faz tempo que ele anda por caminhos, que são caminhos percorridos normalmente por capitais que são oriundos dos chamados caixas 2, dinheiro fruto de atos ilícitos. Fiquei surpreso, porque a ação da Polícia Federal, tirando aquele aspecto do exagero, do espetáculo, foi uma ação muito firme da Polícia Federal, do Juiz Federal, e que mereceu um reparo por parte do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, que diga-se de passagem foi e é seguramente um dos mais ilustres Juristas deste país, Doutor em Direito Constitucional pela Alemanha, e que é indiscutivelmente um grande pensador do Direito neste país. E ele, por duas vezes, concedeu *habeas corpus* para libertar o banqueiro. Diz-se que criou um novo foro especial, foro de banqueiro por conta das decisões do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Mas é um homem corajoso o Presidente do Supremo, independente das posições, se gostamos ou não de ver o banqueiro solto novamente, liberto depois de ter sido preso por conta da operação da Polícia Federal. Há

de se reconhecer que a postura do Presidente do Supremo, contrariou a opinião pública pelo menos aquela expressada pelos principais veículos de comunicação. E esses veículos de comunicação estão divididos. Alguns seguem esse caminho da Fox dos neocons, dessa nova escola de comunicação de tentar escandalizar e linchar publicamente aquele que é acusado. Outros veículos de comunicação como a Folha de São Paulo resistem. Há veículos que estão resistindo a essa nova postura. Veículos que tem uma formação democrática certamente, tem que estabelecer um contraponto, raciocinar que todos somos portadores de direitos individuais.

Um dos direitos que somos portadores, está no artigo 5º que diz: “Todos são inocentes até que provem contrário”. Por isso que essas ações têm que ser muito bem calçadas em direitos que são direitos constitucionais, cláusulas pétrias, direito a liberdade das pessoas. Por isso tem que agir com cautela. Outro dia mesmo pensava numa forma de que, por exemplo, os Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores da República, Juizes de Direito sejam Juizes Federais ou Estaduais, os Promotores de Justiça, eles exercem cargos que têm uma natureza diferenciada do servidor público comum. Outro dia mesmo, um Corregedor de um Tribunal de Justiça do norte do país, ele começou a abrir inquéritos administrativos, quando pela 3ª vez, ele mandava a sua secretária ligar na sede de uma comarca. Lá no Fórum não encontrava durante o expediente o Juiz. Ora, o Juiz, ele não exerce uma função burocrática por conta de realizar ele um expediente normal de uma jornada de trabalho de 44 horas semanais ou de 8 horas diárias. Um Juiz de Direito, quando está investido no cargo, ele é Juiz de Direito, durante 24 horas, como é o Promotor de Justiça, como é o Deputado Estadual, Federal e o Senador da República. O cargo é de natureza diversa do servidor público convencional. O Juiz exerce uma natureza externa, do ponto de vista do exercício desse cargo, como exercem o Deputado Estadual, o Promotor de Justiça.

Quando um Promotor de Justiça, por exemplo, exerce as funções de magistério, permitida pela Constituição, e ao mesmo tempo extremamente profícua, do ponto de vista da sociedade, temos que reconhecer que muitas vezes a opinião pública e essa forma de poder de fato discutir o tema sem aprofundá-lo nos leva muitas vezes a cometer profundas injustiças em relação a determinados tipos de atividades, mais do que tudo em relação ao comportamento das pessoas.

Deputado Belinati, V. Exa. tem um site na internet, muitas vezes alguém, Deputado Péricles, V. Exa. como eu - vou falar de mim, não vou falar de ninguém - muitas vezes eu tenho sido injustamente e profundamente acusado. Se você for buscar o meu site na internet no www.luiromanelli.com.br, você verá ali com transparência toda a minha vida, todos os fundamentos, as minhas explicações. Detalho tudo aquilo que exatamente me envolve, mas ao mesmo tempo percebo que por conta das decisões das editoras, dos jornais ou dos escassos segun-

dos que você tem da televisão para dar uma outra versão para a notícia, você não pode, não tem tempo, e até muitas vezes não há interesse do veículo de comunicação publicar aquilo que você está dizendo: “Olha, isso não é verdade, tem um outro lado, o contraditório sobre esse tema é esse, posso fazer uma ampla defesa em relação ao tema que estou relacionado”.

Uma das formas era fazer até por uma legislação legislativa, tenho dúvidas sobre a constitucionalidade de fazê-lo, mas provavelmente criar uma obrigatoriedade. Por exemplo, Curitiba hoje nós temos os blogs. A legislação que regulamenta a comunicação através da internet ainda é muito escassa. Mas, toda vez que o blog citasse qualquer pessoa que exerce um cargo público - não estou querendo criar um mecanismo de defesa para os Parlamentares - podia dizer o seguinte: “O Deputado foi ouvido e disse isso, para maiores informações acesse o site.”

Ninguém é obrigado a ler aquilo que pensa, a resposta, a explicação para uma acusação que está sendo formulada com relação àquela pessoa. Mas quem tiver interesse vai buscar na internet a explicação e vai obtê-la. Eu estive envolvido, neste ano numa grande polêmica que é a questão do pedágio. Percebi como as pessoas queriam saber a minha posição. Como era interessante que quando Promotores de Justiça, Juízes, Desembargadores de outros estados inclusive, quando viam os fundamentos do meu protesto, como é interessante. Eu, claro, mantive a reserva por conta da natureza dos cargos que muitas pessoas exercem, quando eu troquei com eles informações, como as pessoas reavaliam os seus conceitos sobre determinado tema.

Por isso que se estamos falando num novo modelo de democracia, se estamos falando em avanços do ponto de vista objetivo de dar maior transparência àquilo que acontece no Parlamento, se estamos falando de ter um modelo de sociedade, participação efetiva das pessoas no processo político avançado e deixando de estarmos reféns desse modelo de democracia e partimos para um modelo de democracia participativa com controle social das políticas públicas, dos atos dos Governantes, para poder garantir uma maior participação das pessoas na gestão dessas políticas públicas, temos que pensar no novo modelo de sociedade, onde as informações sejam acessíveis a todos e não exclusivamente àqueles que são os donos dos veículos de comunicação.

Hoje em dia vejo muitos veículos de comunicação do nosso estado e do nosso país, que se fizeram à sombra dos regimes ditatoriais. Muitos desses veículos de comunicação foram construídos com dinheiro público, com recursos do estado, das Prefeituras, recursos do Governo Federal. E o interessante que quando se vê, e há uma sociedade que absolutamente é bem mandante a um novo modelo de sociedade e só não enxerga a sociedade nova que temos, que é uma sociedade fruto de uma mudança, através desse instrumental fantástico que temos hoje à disposição que é a internet. As pessoas cada vez mais vão

participando do processo político. Estamos qualificando o debate. A cidadania, cada vez mais, é presente no nosso país. E aí há de se reconhecer o Governo do Presidente Lula, que avanço fantástico! Ouvi as entrevistas e vi o Ministro Tarso Genro defendendo a Instituição da Polícia Federal, fazendo contrapontos, combatendo os excessos. Mas há que se reconhecer: que Governo da República colocou um banqueiro na cadeia? Como é interessante ver como se puniu e se pretendeu punir de fato a lavagem de dinheiro. E temos que reconhecer que é esse modelo de democracia que queremos e pretendemos.

Veja bem, V. Exas. leram: “A Polícia Federal indicou um dos principais colunistas deste país como beneficiário do dinheiro do banqueiro Daniel Dantas”. Formadores de opinião a favor do banqueiro. E por que isso? De fato, pelo jeito ele irrigava com dinheiro havido de desvios as contas bancárias em paraísos fiscais de muita gente importante. Serviu a muitos Governos. E comprava opinião, publicava e foi lá a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, um Juiz Federal de São Paulo, corajoso, que resolveu enfrentar o banqueiro.

Por isso que sobre banqueiros, sobre imprensa, sobre liberdade de expressão e sobre democracia temos que aprofundar a nossa discussão. Temos que ter, de fato, mecanismos que dêem transparência absoluta ao Parlamento. Temos que ter mecanismos que permitam às pessoas tão contraditórias, e que a versão dos fatos não seja, única e exclusivamente, dos detentores dos meios de comunicação, mas que seja fruto da possibilidade de quem tiver interesse poder pesquisar qualquer outro lado, qual é o contraponto, qual é a realidade que vivemos, até por conta da peculiaridade que exercemos.

Para concluir, digo o seguinte: nós exercemos mandatos que são muito peculiares. O mandato parlamentar é um mandato que tem que ser exercido a favor do povo. Não é um mandato para ser exercido a favor dos grupos financeiros. Ele tem que ser exercido de uma forma ampla, democrática e objetiva, a favor de quem nos elegeu. E não chegamos aqui por acaso. Quem veio até esta Casa, veio até de um longo processo. Ninguém ganhou o mandato de graça, ninguém foi tirado de uma prateleira e virou Deputado. Todos somos frutos de um processo.

E temos que reconhecer que se na democracia que estamos vivendo temos falhas, temos que reconhecer que a democracia ainda é o melhor de todos os regimes. O mais imperfeito, provavelmente. Mas, a alternativa da democracia, qual é? É a ditadura. É a supressão das liberdades. É o garroteamento da liberdade de expressão. Isto, sinceramente, não queremos mais. Temos amor à liberdade, Deputado Elio Rusch. Ontem ouvia V. Exa. na nossa TV SINAL, naquele debate que fizemos, e V. Exa. invocava o estado democrático de direito. E digo mais: a nossa República é um estado social-democrático de direito, por conta das garantias sociais que nossa Constituição dá a todos os brasileiros. Mas, para que possamos avançar, é necessário que construamos um novo modelo. Vou repetir: de liberdade, de liberdade de expressão.

Temos que ter a capacidade de nos comunicar com a opinião pública. As pessoas estão sedentas da verdade. As pessoas estão sedentas de saber como é que estão as coisas, mesmo, e muitas vezes, por conta de se criar, de fato, falsos antagonismos. Se cria, de fato, uma impressão generalizada de que as coisas estão erradas. Basta ver o que fez o nosso Governo, o Governo Requião. Havia uma discussão sobre a questão dos cargos. “Quem ocupa os cargos em comissão?” O que o Governo fez? Criou um site, está lá o nome de todo mundo que trabalha, o cargo e a lotação. Pronto. Acabou. Qual foi o mistério? Nenhum mistério.

Esta Casa pode e deve, Sr. Presidente, em tempo certo e de forma serena, respeitando naturalmente a independência, a harmonia entre os Poderes, criar os mecanismos próprios, além do Diário Oficial da Assembléia, para publicar o nome. O Diário Oficial, para quem não sabe, e muitas vezes as pessoas dizem de forma diferente, no Diário Oficial está publicado o nome de todas as pessoas que trabalham, ou num gabinete parlamentar, ou trabalham nesta Casa. De forma transparente. Nós podemos dar publicidade. Claro! Vamos colocar na internet. Certamente, vai-se modificando esta realidade. Cria-se, de forma objetiva, de forma transparente, aquilo que é necessário para a opinião pública.

Agora, sinceramente, não me sinto bem, Sr. Presidente, e represento, como Líder do Governo, as posições do Governador Roberto Requião. Mas eu não vim aqui para ser pautado por ninguém. Sinceramente. Não me sinto, neste momento, em condições de discutir um projeto que desse total, absoluto, amplo e irrestrito acesso, única e exclusivamente, para poder atender aos desejos da vaidade de outras pessoas que não estão preocupadas com o interesse público. Mas eu não estou aqui para ser puxado pela orelha, vão puxar minha orelhinha como se eu fosse um aluno desobediente, por quem não tem moral! Porque quem construiu impérios de comunicação, única e exclusivamente, que é o caso do dinheiro público.

Por isso, não temos que ter aqui o medo, o receio de enfrentar os poderosos. Esta Casa não pode se submeter, de maneira nenhuma, aos seus detratores, àqueles que pensam que nós aqui chegamos sem a legitimidade e o respaldo do voto popular. E mais do que tudo, não é possível ver os Poderes deste estado achincalhados e por quê? Porque se cortou as verbas de comunicação social. Se estivéssemos aqui irrigando com verbas de comunicação social viveríamos o mundo dos felizes, viveríamos o mundo virtual, mas não, porque sem verba há um grande questionamento. E, Deputado Nelson Justus, V. Exa. já disse outro dia: “Vai passar a história deste Parlamento como Parlamentar que criou o maior sistema de democratização do nosso estado. V. Exa. criou a TV SINAL, V. Exa. foi o autor da proposta de emenda constitucional que institui o fim do terrível e abjeto instituto do voto secreto nesta Casa. Parlamentar é representante. Quem vem aqui, vem para representar e não para se esconder, não vem aqui para poder de fato não revelar aqui o que

pensa à opinião pública, em cada um dos projetos, seja o que for que tem que ser votado, tem que ser transparente. Integramos Bancadas partidárias, nós representamos posições políticas, com todas as injunções, com todas as contradições, mas representamos posições aqui, seja a Esquerda ou a Direita.

Por isso, Sr. Presidente, V. Exa. instituiu a TV SINAL, que é inegavelmente a maior forma de se poder abrir este parlamento. E sei as pressões que houve contra V. Exa., para que não fizesse isso. Muita gente queria o obscurantismo em relação ao que acontece nesta Casa. Sei que as pressões que V. Exa. foi vítima! V. Exa. instituiu este painel eletrônico, que é inegavelmente o maior avanço que tivemos, porque qualquer pessoa, hoje terminada a votação, por mais polêmica que seja, não temos mais aquela caixinha que tínhamos em tempos idos, em que se contava o tal do voto secreto da maneira que queria a Mesa Diretora. Não, hoje o Parlamentar tem que registrar no painel e todo mundo sabe a sua posição. Acabou o tempo das sombras nesta Casa! É uma mudança substancial. E penso, Sr. Presidente, que o painel eletrônico, a TV SINAL, o nosso site com todos os projetos de lei, com todos os posicionamentos são grandes avanços.

Vou lembrar um episódio de quando o Deputado Nelson Justus assumiu pela primeira vez a presidência desta Casa, que havia aqui uma gravíssima ilegalidade, de pessoas que inclusive trabalhavam - penso eu que a grande maioria - mas a Assembléia tinha, de forma anômala, funcionários celetistas não concursados. De uma penada só, ele fez uma negociação com o Ministério Público do Trabalho e mais de 2 mil pessoas, sendo que algumas inclusive certamente foram profundas injustiças, porque eram servidores exemplares, foram demitidos de uma só penada, para cumprir o princípio da legalidade, que está esculpido na nossa Constituição, em uma ação empreendida pelo Presidente Nelson Justus.

Por isso, no momento em que esta Casa está sob ataque, no momento em que são questionados atos que sabidamente muitos podem ter sido ilegais, mas que esta Casa tomou providências e hoje sabemos que esses fatos não podem mais acontecer na Assembléia. E por conta de quê? Por conta de um regramento legal que acabou definitivamente com essa possibilidade. E para quem não sabe, a Assembléia Legislativa tinha um plano de cargos e salários extremamente mal elaborado. Por quê?

Porque os cargos em comissão, em um determinado momento, os valores eram rígidos: a pessoa ganhava ou R\$ 500 ou R\$ 2.800. Não se graduava o valor que a pessoa tinha que receber, como é hoje. Se vamos contratar um assessor jurídico e queremos pagar R\$ 1.800, atribui-se o valor de R\$ 1.800 para que a pessoa que vai trabalhar e vai prestar um serviço, que não precisa nem ficar as 8 horas presa no gabinete, mas depende do trabalho que a pessoa vai executar e quem ele vai atender, mas se contrata um profissional de acordo com a capacidade que ele tem.

Bom, não era assim, o que era uma prática na Assembléia difundida? Era a prática de se fazer por procuração, o valor ia para uma conta e desta conta se pagava o valor de acordo com a capacidade de cada um. Isso gerou irregularidades, era uma irregularidade? Bom, alguns consideravam crime, a grande maioria é claro, não é crime, é uma irregularidade. Mas também era um acordo de vontades entre pessoas que por procuração davam a terceiro a competência para poder fazer a distribuição dos recursos de acordo com o valor atribuído a cada uma das funções que era exercido. A Assembléia mudou isso, criou um novo plano de cargos e salários, e esse plano estabeleceu uma regra nova, límpida, transparente, se atribui o valor, o crédito do dinheiro vai para a conta da pessoa, e só a pessoa pode movimentar o dinheiro, mais ninguém. Bom penso que nós superamos com isso uma questão que foi durante muitos anos mal elaborada, foi uma mudança importantíssima, para modificar a realidade.

Agora, quando vejo a Assembléia sendo atacada por coisas que aconteceram há sete, oito anos atrás de um outro modelo de gestão eu fico me perguntando a quem interessa esse tipo de comportamento, por que a Assembléia está sendo atacada nesse momento? Por que nós não temos que de fato identifica o que está por trás disso? Qual é a verdadeira intenção das pessoas que atacam a Assembléia Legislativa, como aliás atacaram na semana passada o Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça é composto por 120 Desembargadores, tem um órgão especial que tem 25 Desembargadores, e a própria Lei Orgânica da Magistratura estabeleceu lá: quem são os 25 Desembargadores do órgão especial? Os mais experientes, aqueles que mais contribuição deram ao Poder Judiciário.

Muito bem, V. Exa. sabe, Juiz também tem posicionamento político, também tem divergências, e muitas, aliás, intensas, as vezes até mais do que nós aqui que estamos na vida partidária, esse órgão especial, por unanimidade faz o que? Resolve arquivar uma investigação que realizou sobre a construção do anexo do Tribunal de Justiça, por quê? Porque a Universidade Federal do Paraná elaborou um laudo, e os especialistas concluíram que era regular a construção e os preços que foram praticados durante a construção do novo anexo do Tribunal de Justiça. E o que aconteceu? Simplesmente o Tribunal de Justiça foi achincalhado, órgão especial, que por unanimidade tomou uma decisão importante, ou seja, analisou laudo técnico, os Desembargadores com laudo técnico, com as suas contradições disseram: “Não, foi correta a construção, está resolvido o tema”. E o que aconteceu? Foram contestados.

Se perguntou aonde está o Ministério Público, aonde está o Tribunal de Contas, se questionou como se pudesse de fato ter um poder superior aqui nesse estado para poder puxar a orelha também do Tribunal de Justiça. Porque do Governador Requião, V. Exas. sabem, a orelha dele ninguém consegue puxar, o Governador Requião

não aceita que puxem a orelha dele, e eu também não, quero dizer a V. Exas., nem meu pai, meu finado e querido pai conseguia fazê-lo, por conta que ele me ensinou desde pequeno que o maior bem que eu possuo é meu livre arbítrio, minha autodeterminação, minha capacidade de raciocinar, de ter posicionamentos, por isso que penso que esta Casa é uma Casa onde tem pessoas que tenho divergências, muitas vezes, outras grandes convergências de vida, mas, sobretudo aqui há um respeito em relação a cada uma e cada uma que está aqui. Principalmente os que estão aqui há muitos mandatos. Estão aqui porque prestaram relevantes serviços a sua comunidade, senão seriam reeleitos.

Entendo que esta Casa tem que ser respeitada. Ela é composta por homens e mulheres dignos. Pessoas que têm a vida sempre on-line, questionados. E quem é questionado tem o direito de subir à tribuna e poder responder.

Esta Casa, como dizia Che Guevara, sem perder a ternura, temos que ser duros na nossa análise. Mas podemos deixar nos levar para o abatedouro, sem reagir.

Não é possível que se tente linchar esta Casa de forma generalizada, como se aqui eu não visse pessoas trabalhando arduamente. Porque quem está aqui não tem final de semana. Todos que estão aqui nesta Casa trabalham de segunda a segunda. É difícil quem não levanta muito cedo e não vai dormir muito tarde. E, se fizer diferente, para cá não volta.

Independente de sermos Situação ou Oposição, temos que respeitar o posicionamento de cada um. Mas não podemos ser linchados, ser colocados numa vala comum, sem identificar o porquê, a razão, o interesse econômico, a motivação dos que atacam a Assembléia Legislativa. Temos aqui os jornalistas que acompanham esta Casa e sabem o que acontece aqui dentro, tanto no aspecto positivo como no negativo. Mas quem faz notícias não são eles, quem decide o que vai publicar são os donos. São os interesses contrários que decidem o que sai na mídia.

Não devemos nos submeter a esse modelo perverso, porque temos um novo modelo de sociedade civil.

Enganam-se aqueles que não acreditam no povo. Enganam-se aqueles que não reconhecem a sociedade civil organizada que temos hoje no Paraná, com mais de 10 milhões de habitantes. Enganam-se aqueles que acreditam que podem enganar o povo. Porque no dia 12 de janeiro de 1984 filmaram o comício das Diretas aqui em Curitiba, quando começou a campanha que mudou o Brasil. Não filmaram, mas conseguimos mudar a realidade, mudar a história. Criar um novo modelo de estado, democrático. Criamos um estado, onde o maior valor é a liberdade.

Por isso, digo a todos os meus companheiros e companheiras nesta tarde, saibam aqui o Luiz Claudio não se omitiu. É necessário se posicionar com serenidade. E não podemos nos omitir quando estamos sendo atacados. Vou defender esta Casa como membro desta Casa. Tenho orgulho de ser Deputado Estadual.

Cheguei aqui como 4º Deputado mais votado do estado. Falo isso, não no sentido da vaidade, mas falo isso com sentimento de que fui votado, porque o povo reconheceu o trabalho que fizemos, especialmente na política habitacional. Falo isso, sobretudo, pelos 82 mil e 666 votos que pude receber nas urnas, que o povo mandou aqui e cada dia V. Exas. são testemunhas, podem convergir ou divergir, mas V. Exas. sabem que levanto cedo, vou dormir tarde, trabalho muito, e felizmente, represento bem quem me mandou aqui, como cada uma de V. Exas. faz o mesmo em relação as suas vidas. Tenho acompanhado tantos companheiros da Oposição quanto da Situação e tenho o maior respeito por todos por conta, é claro, do que V. Exas. representam e vão continuar representando.

É isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. É o que eu tinha a dizer nesta Casa. Entendo que é um momento em que é necessário pararmos e refletirmos um pouco sobre o momento em que estamos vivendo.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela parte que me toca, Deputado Romanelli, muito obrigado.

Consulto às Lideranças: PSDB; PMDB; PDT; Bloco PPS/PMN; Bloco PTB/PR.

(**Declinam**).

Consulto o Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores, imprensa aqui presente. Por falar em imprensa, solicito que os membros da imprensa, aqui representada, prestassem bastante atenção nas rápidas palavras deste Parlamentar.

Confesso que hesitei, momentaneamente, Sr. Presidente, se subiria ou não a esta tribuna uma vez que, de forma brilhante, o Deputado Luiz Claudio Romanelli expressou de maneira brilhante, como disse e repito, tudo aquilo que eu queria expor nesta tarde. Usando um ponto de partida, gostaria de começar meu pronunciamento falando da imprensa. Reconheço que a imprensa, indiscutivelmente, é um 4º poder, que tem um valor descomunal, fantástico. Das muitas qualidades que a imprensa tem, um dos que mais me atraem é o poder investigativo que a imprensa exerce e o faz de forma brilhante, muitas vezes, auxiliando a Polícia, órgãos competentes na área de investigação, trazendo à tona uma infinidade de descobertas que só mesmo esse poder e essa influência investigativa próprias da imprensa poderia contribuir.

Compreendendo que a imprensa tem e deve manter o direito de cobrar de nós Parlamentares com toda severidade possível, o que me faz entender que nós, de igual modo, também temos o direito de cobrar da imprensa. Assim como a imprensa nos cobra determinadas coisas, também temos o direito de cobrar determinados posicionamentos, determinadas posturas da parte da imprensa. Coisa que já vem sendo cobrada, por exemplo, pelo Deputado Jocelito Canto quando com muita propriedade, ele diz assim: “Olha, não discordo que a imprensa deva dizer que a Sessão Plenária caiu por falta de quórum, mas venhamos e convenhamos que a imprensa não omita os Parlamentares que estavam presentes!”. Caso contrário, há de forma genérica a divulgação da Assembléia Legislativa como sendo um poder formado por Parlamentares que não querem trabalhar, o que no mínimo não é justo e outras posições muito parecidas. Tenho em mãos, por exemplo, um recorte que fiz questão de plastificar, de um dos órgãos da imprensa, de um jornalista que já esteve lotado nesta Casa, que foi denunciado por ser fantasma. Não vi a mesma severidade que a imprensa tem dado o devido destaque para o caso dos fantasmas desse último episódio. É lamentável que muitas vezes aquilo que é exposto para o jornalista, nem sempre na íntegra é colocado.

Eu, particularmente, apareci na lista dessa investigação dos “gafanhotos”, por causa de dois funcionários, que trabalham comigo desde o 1º mandato. Então, não são, nunca foram e jamais serão fantasmas, porque trabalham comigo. Expliquei que um deles por ter problemas bancários - não poderia receber na sua conta - teve a compaixão de um colega e recebia pela conta dele durante os quatro ou cinco primeiros meses, através de uma mesma conta bancária. Nessa operação “pente-fino”, apareceu o nome deste Parlamentar. Mas como eu disse, não são fantasmas, nunca foram e jamais serão. Eles trabalham mesmo. Penso que seria imoral se qualquer um deles trabalhasse no exterior ou em outro estado, ao invés do estado do Paraná, uma vez que o Parlamentar, todos nós representamos todo o território paranaense, Deputado Antonio Belinati.

Por que fiz questão de subir a esta tribuna? Fazendo jus ao direito que a imprensa tem de nos cobrar ações e posicionamentos, cobro também da imprensa, que sem exceção, quando for colocar determinadas matérias, que não exclua determinados pontos que são fundamentais para o conhecimento da sociedade, uma vez que é da função dos jornalistas de forma imparcial informar a coisa como ela deve ser informada.

Tenho aqui vários recortes de jornais e um em especial diz assim: “A Casa do povo é surda!” Pergunto: mas será que também alguns membros desta mesma enaltecida e meritória imprensa, não existem integrantes, que são surdos? Obviamente deve haver. Porque todo e qualquer grupo organizado é composto de bons e maus. A imprensa não é exceção, como esta Casa não é exceção, como nenhum outro grupo organizado é exceção, que é composto de bons e maus.

Quando digo que alguns determinados representantes se são ou parecem surdos, não sei, o falo com propriedade. Porque esses mesmos repórteres questionam este Parlamentar dizendo, por que razão o Deputado Pastor Edson Praczyk, que tem uma ação contra o Governador votou a favor do irmão do Governador, para Conselheiro do Tribunal de Contas? Por três vezes expliquei as razões. Nenhum jornal sequer fez menção das razões, que eu publicamente deixei claro desta tribuna. Por que será? Porque houve atenção da parte de alguns jornalistas. Não houve a intenção de publicar com transparência tudo que aconteceu na Sessão em que se decidiu o Conselheiro do Tribunal de Contas. Ou porque por parte de alguns Parlamentares, Deputado Luiz Carlos Martins, não houve a devida e merecida atenção nessa tão cobrada justificativa. Fiz parte de um grupo que tinha como acordo à decisão de que a maioria, Deputado Reni Pereira, que também fez parte desse bloco, deveria definir qual voto, qual posicionamento nós tomaríamos e por fidelidade a este bloco, como penso eu que muitos dos Parlamentares que aqui estão também foram votos vencidos nos seus respectivos blocos, nas suas Bancadas, tiveram que, submetendo-se a elas, ao entendimento de seus partidos ou dos seus blocos partidários votar da forma que culminou na eleição de Maurício Requião como Conselheiro do Tribunal de Contas.

Então o que este Parlamentar solicita, assim como é cobrado da imprensa, como todos nós, é que assim como exigem de nós a devida lisura nos nossos mandatos, que a imprensa como um todo também preste atenção nesses pormenores não os omitindo porque os mesmos fazem grande diferença, entre definir quem é quem nesse grande jogo de interesses que é o Poder, como qualquer Poder em questão.

É o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, em tom de desabafo, expondo que somos inteiramente favoráveis ao papel da imprensa, enaltecendo-a, porém que fique claro: não omitam as entrelinhas a não ser que a intenção da imprensa, não seja a lisura e a transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança da Oposição com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança da Oposição: Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar quero agradecer a gentileza do meu amigo, Deputado Valdir Rossoni, que nos cedeu, no dia de hoje o horário da Bancada de Oposição.

Venho a esta tribuna por alguns motivos, o primeiro deles para registrar publicamente as nossas condolências e a nossa solidariedade a toda família do professor Duarte. O professor Duarte, durante mais de 30

anos lecionou no curso Positivo, era uma pessoa extremamente querida por toda juventude curitibana e também por muitos paranaenses do interior do Paraná que estudaram aqui na capital. Ele faleceu há uma semana, nos Estados Unidos, mas foi sepultado só no último sábado deixando enlutados todos os seus amigos, familiares, ex-alunos. Eu tive a honra de ser aluno do professor Duarte na matéria de biologia e, sem dúvida alguma, é uma pessoa que deixa uma lição de otimismo, de luta pela vida e principalmente de dedicação a essa causa que é tão importante para todos nós que é a causa da Educação.

Sempre tenho dito que o Brasil só crescerá e só estará entre os países de 1º mundo, na medida em que invista prioritariamente na Educação, proporcionando escola de qualidade para todos, remunerando bem os professores e na escola oferecendo condições para que o aluno lá permaneça no maior período possível. Escolas com bibliotecas, com quadras esportivas, escolas onde as crianças tenham aulas de arte, escola onde as crianças tenham acesso a bons livros, enfim tudo aquilo que faz com que o aluno transforme a sua presença na sala de aula em algo agradável, em algo prazeroso e onde a criança tenha a oportunidade de aprender brincando.

Quero também, nesta tribuna, registrar a presença do meu amigo Deputado Federal, Alfredo Kaefer, uma revelação da política paranaense na Câmara Federal, um Deputado extremamente trabalhador, que foi votado em todo Paraná. Foi um dos mais votados do nosso estado e que vem fazendo um trabalho importantíssimo, principalmente nas Comissões que discutem a área tributária, a área de impostos e nós nos somamos ao seu lado e aproveitamos, aqui, para cumprimentá-lo em público o senhor votou contra o famigerado imposto do cheque, que sem dúvida alguma é uma forma de cobrança mais burras que surgiram nesse país. Parabéns Deputado Alfredo Kaefer e obrigado pela sua visita em nome do Presidente Nelson Justus e em nome de todos os Deputados Estaduais.

Quero também aproveitar a oportunidade para registrar o encontro do Partido Progressista que aconteceu hoje pela manhã no restaurante Madalosso. Mais de 300 Lideranças políticas estiveram presentes entre: Vereadores do interior, Prefeitos do interior, estava lá o Prefeito de Cornélio Procópio, Prefeito de Paranavaí, Prefeito de Maringá, o Deputado Belinati a Deputada Cida Borghetti, Deputado Duflío Genari Líder do Partido Progressista, Deputado Valdir Rossoni do PSDB, Senador Osmar Dias. E também, quem muito nos honrou com a sua presença foi o Presidente Nacional do PP. O Presidente do Partido aqui no Paraná é o Ricardo Barros e o Presidente Nacional é o Senador Francisco Dornelles, que foi Secretário da Receita Federal, foi Ministro da Fazenda, foi Ministro de Indústria e Comércio, foi Ministro do Trabalho e foi Deputado Federal, sendo eleito há 2 anos atrás Senador pelo estado do Rio de Janeiro. Ele que é um homem que ocupou vários cargos públicos, mas marcou a sua vida por uma conduta sempre ética, sempre respeitando as pessoas.

É uma pessoa inatacável o Senador Francisco Dornelles e ele trouxe vida nova ao Partido Progressista. Sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles o Partido Progressista voltou a ter uma grande referência nacional, num quadro de respeito que representa o PP de todo Paraná e de todo o Brasil lá em Brasília da maneira que nós filiados ao partido tanto ansiamos.

Quero dizer que, também, esteve presente no encontro do Partido Progressista o nosso amigo e candidato que o partido apóia, aqui, em Curitiba o Prefeito Beto Richa. Por que que o PP de Curitiba apóia a candidatura do Beto Richa? Porque o Beto Richa é um Prefeito que está fazendo uma excelente gestão, realiza obras importantíssimas na cidade de Curitiba, conta com ampla aprovação popular, é um aliado do Partido Progressista já há muitos anos. Nós já na eleição passada estivemos com ele, o PP estava coligado com ele. O PP participa da gestão do Prefeito Beto Richa, participou com a gestão regional do Pinheirinho, onde o nosso companheiro Juliano Borghetti irmão da Deputada Cida Borghetti fez um excelente trabalho, hoje licenciou-se para ser candidato a Vereador. O PP participa da gestão do Prefeito Beto Richa, com a Secretaria de Assuntos Metropolitanos onde o advogado Domingos C. Neto coordena as atividades e participa também da gestão com a Secretaria antidrogas que foi uma gestão do nosso partido ao Prefeito e lá está o Delegado da Polícia Federal Fernando Franciskini, fazendo um excelente trabalho na área de prevenção ao uso e abuso de drogas lícitas ou não.

Quero ainda dizer que ouvia atentamente as palavras do Deputado Romanelli. E em relação a imprensa, Deputado Romanelli, quero apenas expor em uma frase o meu pensamento, é semelhante ao de Santo Augustinho, acho que é um pensamento que serve para todos nós: “Preferir os que nos criticam porque nos corrigem, aos que me bajulam porque esses corrompem.” A mão que alisa, a mão que agrada muitas vezes é a mão que puxa o tapete.

Pelo menos da minha parte fui bastante criticado por alguns veículos de imprensa nesse final de semana, de minha parte quero dizer que entendo isso como algo perfeitamente normal. Acredito que a imprensa está fazendo o seu papel, deve sim fiscalizar a atuação do Poder Legislativo. A imprensa deve fazer as críticas que achar que são merecidas. Acho que cada um tem que ter também, o espaço que lhe é devido para apresentar o contraponto, para apresentar a sua versão. Eu pelo menos, sempre que fui criticado pela imprensa, nunca levei isso para o lado pessoal. Entendo que a função do jornalista é sim ser crítico, mas claro jamais faltando com a verdade.

Porém, gostei muito do que o Deputado Romanelli falou aqui sobre a Polícia Federal. A Polícia Federal está tendo neste país, uma atuação exemplar, Deputado Elio Rusch. Nunca se viu na história do Bra-

sil, a Polícia tendo coragem de mexer com verdadeiros tubarões. A hora que a Polícia coloca um Daniel Dantas na cadeia. A hora que a Polícia investiga um Naji Nahas. A hora que a Polícia investiga o Celso Pitta. A Polícia Federal dá uma satisfação para a população brasileira, porque os brasileiros não agüentam mais vendo somente pessoas pobres indo para trás das grades. O histórico desse país, é uma história que sempre vimos àqueles que fazem parte do poder dominante fazendo o que bem querem e permanecendo impunes.

Quero dizer que apoio e me solidarizo com esse combate a corrupção que a Polícia Federal está fazendo. Não podemos mais admitir que continuem correndo solta por esse país, a corrupção. Entendo, que não é porque alguém é dono de um banco, não é porque alguém é rico, não é porque é especulador da Bolsa, do mercado financeiro, que deve ficar impune. Claro que no meio de tudo isso, às vezes acontece um ou outro excesso, às vezes no meio de tudo isso às vezes um ou outro policial isoladamente acaba exagerando um pouco na pirotecnia. Mas na pura essência a Polícia Federal está coberta de razão. Sempre digo que um corrupto, um administrador mal intencionado ao superfaturar a obra de uma escola, de um hospital, com a sua caneta mata mais do que cem bandidos armados e encapuzados.

Por isso é hora sim, de pedirmos cadeia para aqueles que desviam o dinheiro público e praticam a corrupção neste país. Por isso, meus parabéns à Polícia Federal.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Gerado Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1882, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, no dia de amanhã 15/07/08 logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 691/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação à Lei nº 14087, de 11/09/03, que institui o Programa Luz Fraterna. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 691/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Acrescenta-se ao artigo 2º da Lei nº 14087, de 11/09/03, a alínea “c” seus incisos e parágrafo único, que passarão a ter a seguinte redação:

“Art. 2º...

c) classe de consumidores residenciais dependentes de sobrevida:

I - a unidade consumidora deverá estar classificada como residencial;

II - o dependente do equipamento de sobrevida deverá ser o próprio titular da unidade consumidora ou qualquer pessoa que comprove depender economicamente deste;

III - a dependência de uso de equipamento de sobrevida deverá ser comprovada através de declaração oficial das Secretarias de Saúde ou de outro órgão competente no município, em que conste o nome do médico-perito, número do CRM, o CID e a descrição dos equipamentos necessários;

VI - ter consumo de até 400 (quatrocentos) kwh/mês além do consumo pelo uso dos equipamentos de sobrevida.

Parágrafo Único. Os benefícios da alínea “c” destinam-se, exclusivamente, à unidade consumidora em que o dependente do equipamento reside.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07/07/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Cascavel - APAC, com sede e foro em Cascavel. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 157/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Cascavel - APAC, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07/07/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Centro de Educação Infantil Dr. Jorge Dib Abussafi, com sede e foro na cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Banda Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/07, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Stephanes Júnior, que torna obrigatório a utilização de material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos em supermercados, congêneres e comércio em geral e incentiva estes mesmos estabelecimentos a adotarem programas de respeito ao meio ambiente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CEMA. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 196/07. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 134/07**

Art. 1º Os supermercados, estabelecimentos congêneres e os comércios em geral ficam obrigados a oferecerem aos seus clientes sacolas de material biodegradável ou reutilizável para embalagens dos produtos.

§ 1º Estes mesmos estabelecimentos devem substituir as antigas sacolas ou sacos de material não biodegradável ou não reutilizável por outras as quais sejam de material referido no *caput* deste artigo.

§ 2º As sacolas e sacos devem ser confeccionados com material resistente, que suporte o peso dos produtos, para o uso continuado na acomodação e transporte dos produtos adquiridos.

Art. 2º Obrigatoriamente as embalagens devem atender as seguintes regras:

I - Degradar ou desintegrar por oxidação em fragmentos em um período especificado;

II - Sua biodegradação, com resultado, deverá conter CO₂ - H₂O e biomassa;

III - Os produtos resultantes da biodegradação não devem ser Eco-tóxico ou danoso ao meio ambiente;

IV - Plástico, quando compostado, não deve impactar negativamente a qualidade do composto, bem como do meio ambiente.

Art. 3º A partir da aprovação da presente lei, o estado poderá permitir a dedução de impostos estaduais dos valores despendidos a título de desenvolvimento ou de patrocínio de programas ambientais diretamente relacionados à mudança de comportamento das empresas e dos clientes quando do incentivo da utilização de embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis.

Parágrafo Único. Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem benefícios fiscais e deduções em vigor.

Art. 4º Os programas de respeito ao meio ambiente citados no artigo anterior poderão abranger:

I - produção de material de publicidade relacionados, necessariamente, ao incentivo de uso das sacolas e sacos plásticos biodegradáveis ou reutilizáveis por parte dos clientes e da postura da empresa;

II - treinamento de pessoal para o desenvolvimento de eventos educativos;

III - produção de eventos educativos de respeito ao meio ambiente ecologicamente perfeito.

Art. 5º Ficam proibidas de usufruírem os incentivos previstos no artigo 3º, as empresas que estiverem inadimplentes com a Receita Estadual.

Art. 6º A empresa beneficiada com o incentivo fiscal referido no artigo 3º, terá o mesmo suspenso, se:

I - Denunciada por crime de sonegação fiscal;

II - autora de crime ambiental.

Art. 7º Na perda do benefício de incentivo fiscal concedido por esta lei, que se encaixe nos casos previstos no artigo 6º, a empresa ficará obrigada a fazer a imediata devolução, aos cofres públicos, de todos os valores não recolhidos, nos últimos 5 (cinco) anos.

Art. 8º Os estabelecimentos comerciais que descumprirem essa lei, serão autuados incursos nas sanções previstas na Lei Federal nº 6437, de 20/08/77, alterada pela Lei nº 7967, de 22/12/89 e alterações vigentes, e/ou, pelas sanções impostas pela SEMA - Secretaria do Meio Ambiente.

Parágrafo Único. Excetuam-se das sanções referidas no *caput* deste artigo, as embalagens originais de fábrica que envolve as mercadorias.

Art. 9º Ficam pedentes de regulamentação pelo Poder Executivo:

I - a tipificação, o tamanho e o grau de complexidade dos estabelecimentos comerciais abrangidos por esta lei;

II - os procedimentos a serem seguidos pelos órgãos oficiais envolvidos no processo de concessão de tais benefícios;

III - os procedimentos necessários para a obtenção dos incentivos fiscais, previsto no artigo 2º;

IV - os prazos para que os estabelecimentos comerciais abrangidos por esta lei se adequem aos ditames da mesma.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Luiz Eduardo Cheida, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Rosane Ferreira e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

Os materiais plásticos são provenientes da resina sintética oriunda de petróleo. Não são biodegradáveis e levam muito tempo para se decomporem na natureza.

As sacolas plásticas são fabricadas de uma resina sintética chamada polietileno de baixa densidade (PEBD), e quando jogadas em vazadouros elas obstruem a passagem da água acumulando detritos e impedindo a decomposição dos materiais biodegradáveis.

Devido ser um material altamente nocivo ao meio ambiente torna-se necessário um combate eficaz contra o mesmo, como as sérias atitudes tomadas na Europa na luta contra os malefícios causados pela conduta ecologicamente incorreta de uso de material plástico não degradável.

A finalidade de se apresentar tal proposição vem a importância da matéria junto à Saúde Pública e Ambiental, objetivando desestimular o uso de sacolas plásticas, através da obrigatoriedade, e estimular os comerciantes e as pessoas em geral a mudarem sua postura no uso indiscriminado e poluidor das embalagens plásticas não biodegradáveis.

Diariamente são utilizadas mais de 2,5 milhões de sacolas somente em supermercados paranaenses, não sendo computados os demais comércios. No final do mês isso representa 20 toneladas aos resíduos depositados no meio ambiente, sejam em aterros sanitários ou abandonados em fundos de vales, rios e terrenos baldios, gerando uma grande dívida ambiental.

Esta lei visa como alternativa ecologicamente correta, a utilização de sacolas oxi-biodegradáveis, que se decompõem em até dezoito meses, haja vista que o plástico comum tem sua estimativa para se biodegradar em cerca de 400 anos, em condições normais causando grande prejuízo ao meio ambiente.

O gerenciamento de resíduos sólidos é um assunto de interesse crescente em nosso planeta. A sociedade vem tentando reduzir a quantidade de embalagens descartadas em aterros e outros locais inapropriados.

As alternativas tecnológicas de revalorização de plásticos incluem recuperação material (reciclagem mecânica, química, biológica ou orgânica), e/ou recuperação energéticas.

Com o crescente interesse na compostagem (principal tipo de revalorização biológica ou orgânica), torna-se necessário caracterizar e identificar corretamente os plásticos e embalagens plásticas, que irão desintegrar e biodegradar satisfatoriamente sob condições de compostagem ou por ações naturais.

Os benefícios produzidos pela substituição das sacolas plásticas comuns pelas oxi-biodegradáveis são insignificantes se for analisado o custo ambiental para as futuras gerações e a preservação do meio ambiente.

Com certeza, a obrigatoriedade de nossa medida legislativa acarretará um inicial aumento de custo para o empresário, até que os consumidores convençam-se da importância substancial da mudança de atitude e de consciência com relação ao uso ecologicamente correto de materiais biodegradáveis. Eis, por isto, que aqui propomos a concessão dos incentivos fiscais e tributáveis, para que a transição ocorra justa e vantajosamente para os comerciantes e para a sociedade paranaense.

O projeto retorna à CCJ, para apreciação da emenda.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água, no âmbito do estado do Paraná. COM PARECERES DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CEMA.

COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA.
Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 409/07

P A R E C E R :

1. Do Projeto de Lei

A emenda supressiva, foi apresentada pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, Relator da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, visando suprimir o inciso II do artigo 3º do Projeto de Lei nº 409/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, o qual institui o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água no âmbito do estado do Paraná.

2. Fundamentação

A emenda supressiva, tem por escopo suprimir o inciso II do artigo 3º, do Projeto de Lei nº 409/07, o qual estabelecia artigo 3º *O Programa Estadual prevê a: II - proteção do solo, com cimento, para garantir a qualidade da água*, com fundamento que o uso do cimento na intenção de proteger o solo não demonstra ser a melhor técnica de proteção de Minas Naturais, até porque pode interferir no curso natural das nascentes, modificando os cursos das águas.

A emenda supressiva tem respaldo no artigo 137, parágrafo 1º c/c artigo 141, inciso II do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I -...

II - nas Comissões, pelos respectivos Relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento.

O artigo 225, inciso V da Constituição Federal assevera que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

O artigo 1º, inciso IX e artigo 12, inciso VI, da Constituição Estadual, demonstra a competência do estado em defender e proteger o meio ambiente.

Art. 1º O estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel á República Federativa do Brasil, proclama e assegura o estado democrático, a cidadania, e dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

(...)

IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.

Art. 12. É competência do estado, em comum com a união e os municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Diante do exposto, a Constituição Federal e Constituição Estadual, impõe ao estado do Paraná o dever de defesa e proteção ao meio ambiente, assim verifica-se a constitucionalidade da emenda supressiva.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Relator

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento: Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Carlos Simões, Caíto Quintana, Tadeu Veneri e Francisco Bühler.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que altera o artigo 3º da Lei nº 15665/07 que autorizou o Poder Executivo a fazer cessão de uso de imóvel ao município de Nova Esperança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Guaruapuava - CONSEG, com sede e foro no município de Guaruapuava/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Centro Popular de Cultura da Região Norte do Paraná, com sede e foro na cidade de Maringá/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/08, de autoria dos Deputados Stephanes Júnior e Elio Rusch, concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Evaldo Ulinski. COM

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ (VOTAÇÃO NOMINAL). (Publ. no DA nº 004/08, de 18/02/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 026/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Stephanes Júnior e Elio Rusch, tem como escopo conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Evaldo Ulinski.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Benemérito, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice junto a Lei Complementar nº 095/98, a qual trata da técnica legislativa.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a sua constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta, revestindo-se de legalidade.

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08.07.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

A votação será nominal. Concedo a palavra ao Deputado Stephanes Júnior para encaminhar.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; quero primeiro agradecer ao Deputado Elio Rusch, que junto comigo é autor deste projeto, que homenageia hoje uma pessoa que considero de caráter e também um grande empresário do Paraná, que é o Evaldo Ulinski, que hoje atua em todo o Paraná e no Brasil e exterior e que tem sua sede em Rolândia, ao lado de Londrina.

Evaldo Ulinski nasceu em 01/03/44, em Mafra, Santa Catarina, na divisa com o Paraná. Trabalhou em diversas empresas, representante comercial, quando em Astorga começou seu hoje negócio, que é a indústria aviária e que tem sua matriz em Rolândia. Abate, aproximadamente, 350 mil aves diariamente, sendo que suas instalações podem comportar até 500 mil aves, tendo potencial para crescimento, ainda, em Rolândia, expandindo também suas unidades fabris para primavera, no Mato Grosso. Mas, é o principal gerador de empregos na região de Rolândia. Alguém que é correto, exporta para diversos países a nível mundial e é um exemplo a ser seguido por todos nós, paranaenses.

Por isto, pedi o Título de Vulto Emérito de Cidadão Honorário do Paraná ao Evaldo Ulinski. Além disto, ele faz um trabalho social muito forte na região, atendendo diversas entidades sociais, com alimentos, diversas outras situações. É membro de diversas entidades na comunidade, alguém participativo e atuante. Porque não basta somente ser um empresário de sucesso. Tem que ter o lado social muito forte. É o caso dele.

Além disso, um exemplo na área ambiental. Suas instalações são as mais modernas do Brasil, reutilizando tudo, transformando todas as coisas que no passado poluíam, em ração, em adubo e várias outras fontes de riqueza e que hoje geram centenas e milhares de empregos na região de Rolândia.

Por isso, quero pedir aos meus colegas que hoje, junto comigo, façamos esta justa homenagem a este paranaense de coração, que é o Evaldo Ulinski, dono da Big Frango, que é uma das maiores empresas do Brasil na área de aves. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A votação será nominal. Utilizaremos o painel. Os Deputados que forem favoráveis à concessão do título de

Cidadão Honorário ao Sr. Evaldo Ulinski, apresentado pelo Deputado Stephanes Júnior e Deputado Elio Rusch, votam com a expressão “SIM”. Os que forem contrários, com a expressão “NÃO”.

Trinta e três Srs. Deputados votaram com a expressão “SIM”. Está **aprovado** o projeto.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, institui o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e DA CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/08, de 14/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 151/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 151/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, visa instituir o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, a ser comemorado no dia 21 de maio, incluso no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Verifica-se que a Constituição Federal, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa, como se observa em seu artigo 215, 2º.

No que se refere à iniciativa legislativa para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, vez que não dá vedação legal e nem se trata de matéria elencada pelo artigo 66 da Carta Estadual como de competência privativa do Governador do Estado. A Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 1º, determina que são reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas pela própria Constituição. Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto não existir nenhuma disposição contrária a tal matéria.

Quanto à técnica legislativa utilizada, o projeto de lei em questão está em conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei ora analisado.

Sala das Comissões, em 27/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 151/08

P A R E C E R :

O projeto de lei de iniciativa do Deputado Dr. Batista pretende instituir, no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, a ser comemorado no dia 21 de setembro de cada ano.

Em sua justificativa, ao citar os fatores causadores do aquecimento global, o autor ressalta que “Estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável e se faz necessário ações concretas para a defesa da vida no planeta. Da nossa vida. Precisamos dos recursos do planeta. Precisamos ar puro, alimento e água. As árvores seqüestram carbono durante a sua vida, além de serem responsáveis pela filtração de água no solo, outro fundamental elemento para a vida”.

O parágrafo 12, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, estabelece a competência da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente:

“À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.”

Nos aspectos que competem a esta Comissão analisar, somos favoráveis à continuidade do trâmite regimental da matéria, de forma a que o douto plenário possa vir a discutir e examinar a oportunidade da iniciativa.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16/06/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/08, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do estado para o exercício financeiro de 2009 (LDO). SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CO. (Publ. no DA nº 033/08, de 15/04/08, em Mensagens).

Está em votação o projeto na forma do Substitutivo Geral. **Aprovado.**

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 155/08

P A R E C E R :

Trata-se do Projeto de Lei nº 155/08, oriundo da Mensagem nº 012/08, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do estado para o exercício de 2009.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2009, foram apresentadas um total de 22 (vinte e duas) emendas, das quais foram acolhidas 12 (doze) e não acatadas 10 (dez) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas emendas que total ou parcialmente, retratavam com fide-

lidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu em face de motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta - já que em muitos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial nº 163/01 bem como da Lei nº 4320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei de Responsabilidade Fiscal, dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer favorável a sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 03/07/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 155/08 SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, as diretrizes orçamentárias do estado do Paraná para o exercício financeiro de 2009, compreendendo:

I - as prioridades da administração pública estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do estado;

VI - os ajustamentos do plano plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades da administração pública estadual, para o exercício de 2009 estarão desdobradas em ações inseridas nas três linhas de ação e respectivos programas, a seguir discriminados:

- **Linha de Ação: Promoção da Cidadania, Inclusão Social e Justiça** - articular programas que busquem garantir a plena cidadania, no âmbito da promoção e defesa dos direitos elementares à vida, as condições dignas de sobrevivência e o combate aos desequilíbrios sociais.

1 - Programa Cultura Paranaense;
2 - Programa Educação de Qualidade;
3 - Programa Habitação Popular;
4 - Programa Leite das Crianças;
5 - Programa Trabalho, Emprego e Assistência Social;

6 - Programa Promoção da Justiça e Cidadania;
7 - Programa Saúde e Saneamento;
8 - Programa Segurança Integrada;
9 - Programa Proteção à Criança e à Juventude;

- **Linha de Ação: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Descentralizado** - articular programas que visem reduzir as desigualdades das economias regionais do Paraná, integrando econômica e socialmente os diversos espaços do estado.

1 - Programa Aceleração do Crescimento e Desenvolvimento do Paraná;
2 - Programa Desenvolvimento da Produção;
3 - Programa Desenvolvimento na Área Energética;

4 - Programa Desenvolvimento Regional e Metropolitano;

5 - Programa Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar;

6 - Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico;

7 - Programa Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos;

8 - Programa Transporte Integrado e Logística;

9 - Programa Turismo, Esporte e Lazer;

- **Linha de Ação: Gestão Pública Transparente e Integrada** - tornar a gestão no estado mais transparente quanto ao uso dos recursos públicos e mais integrada no sentido de garantir maior eficiência na execução das políticas públicas.

1 - Programa Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público;

2 - Programa Ação Judiciária;

3 - Programa Ação Legislativa;

4 - Programa Controle Externo ao Estado;

5 - Programa Gestão do Estado;

6 - Programa Valorização e Capacitação do Servidor Público.

Art. 3º No projeto de lei orçamentária anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no plano plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 4º A receita de recolhimento centralizado para o exercício de 2009 será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa receita total líquida do estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 5º As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, para fixação das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta do exercício de 2009, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 20.366.118.010,00 (vinte bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões, cento e dezoito mil e dez reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2008, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da receita geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da união e as receitas vinculadas:

Poder Legislativo	5,0%
Poder Judiciário	9,0%
Ministério Público.....	3,9%

Parágrafo Único. Do percentual de 5,0% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9%.

Art. 8º O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2009 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 7º desta lei ;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12020, de 09/01/98, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1952, de 24/10/03 e demais normas legais;

VI - à manutenção e desenvolvimento de ensino público, correspondendo a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferência de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 029/00, correspondendo para 2009 a 12% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com entidades nacionais e internacionais;

X - às contribuições do estado ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os programas de previdência e de serviços médico-hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 35 desta lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas a prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;

b) vigilância sanitária;

c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;

d) saúde do trabalhador;

e) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

f) assistência farmacêutica;

g) educação para saúde;

h) treinamento de recursos humanos para a área de saúde;

i) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;

j) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;

k) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas;

l) serviços de saúde penitenciários;

m) atenção especial aos portadores de deficiência;

n) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde indispensáveis para a execução das ações indicados nos itens anteriores.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados no FUNSAUDE.

Art. 9º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada órgão/unidade, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do projeto da LDO/2009 à Assembleia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e da Organização dos Orçamentos

Art. 10. Para efeito da lei orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo setor público (nível nacional da funcional programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do setor público (nível nacional da funcional programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do governo é estruturada em programas definidos no plano plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o plano e o orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais (nível estadual da funcional programática);

d) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo (nível estadual da funcional programática);

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um con

junto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, e concorrem para a manutenção da ação governamental (nível estadual da funcional programática);

f) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função encargos especiais (nível estadual da funcional programática);

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido;

i) Unidade Orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por grupo de natureza de despesa, grupo de fonte e modalidade de aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 11. Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, discriminarão o programa de trabalho por unidade orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os grupos de natureza de despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

Despesas Correntes

Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais

Grupo 2 - Juros e encargos da dívida

Grupo 3 - Outras despesas correntes

Despesas de Capital

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões financeiras

Grupo 6 - Amortização da dívida

§ 2º A modalidade de aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras

esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 - Transferências à união;

II - 30 - Transferências à estados e ao distrito federal;

III - 40 - Transferências à municípios;

IV - 50 - Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos;

V - 60 - Transferências à instituições privadas com fins lucrativos;

VI - 70 - Transferências à instituições multigovernamentais;

VII - 80 - Transferências ao exterior;

VIII - 90 - Aplicações diretas;

IX - 91 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;¹

X - 99 - A ser definida.

§ 3º Os grupos de fontes de recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

Grupo 01 - Recursos Próprios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não vinculado;

Fonte 102 - Receita condicionada da contribuição do servidor público;

Fonte 103 - Receita condicionada da LC nº 087/96;

Fonte 104 - Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

Fonte 105 - Resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108 - Receita de alienação de outros bens móveis e imóveis;

Fonte 109 - Recursos provenientes de percentual sobre a venda de bilhetes de passagens intermunicipais para ações voltadas à criança e ao adolescente;

Fonte 111 - Indenização pelo excedente da amortização de bens reversíveis e encampação de rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PARANASAN;

Fonte 115 - Receita excedente dos Colégios Agrícolas;

Fonte 117 - Transferências da união - SUS;

Fonte 123 - Renda do fundo penitenciário;

Fonte 124 - Multas e taxas de Saúde Pública - FUNSAÚDE;

1. Modalidade de aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do órgão central de orçamento.

Fonte 125 -Venda de ações e/ou devolução de créditos ou de capital subscrito ou não;

Fonte 126 -Contribuições compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 -Multas e taxas de defesa sanitária - FEAP;

Fonte 128 -Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;

Fonte 129 -Taxas de polícia - FUNRESPOL;

Fonte 131 -Programa de assistência ao menor e de natureza social - Lei nº 11091/95;

Fonte 132 -Pesquisa científica e tecnológica;

Fonte 138 -Taxa ambiental;

Fonte 139 -Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 -Retorno de programas especiais - FDU;

Fonte 146 -Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCMB;

Fonte 147 -Receitas de outras fontes recolhidas ao Tesouro Geral do estado por determinação legal.

Grupo 09 - Convênios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com órgãos federais;

Fonte 133 - Transferências e convênios com o exterior;

Fonte 148 - Outros convênios.

Grupo 15 - Operações de Crédito do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de crédito internas;

Fonte 130 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 136 - Operação de crédito externa - PROEM/BID;

Fonte 137 - Operação de crédito externa - Paraná Urbano II/BID;

Fonte 140 - Operação de crédito externa - Saneamento ambiental - PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Operação de crédito externa - Paraná 12 Meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS/BIRD;

Fonte 143 - Outras operações de crédito externas.

Grupo 16 - Salário Educação - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Grupo 45 - FUNDEB - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 -Diretamente arrecadados;

Fonte 251 -Operação de crédito interna;

Fonte 252 -Operação de crédito externa;

Fonte 254 -Multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;

Fonte 256 -Reposição florestal - SERFLOR;

Fonte 270 -Aumento de capital social;

Fonte 281 -Transferências e convênios com órgãos federais;

Fonte 283 -Transferências e convênios com o exterior;

Fonte 284 -Outros convênios/outras transferências.

Art. 12. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto da LDO/2009 à Assembleia Legislativa.

Art. 14. O programa de obras será apresentado, no anexo V do projeto de lei orçamentária anual, por unidade orçamentária, por projeto ou atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, podendo ser identificadas no anexo V, pelo indicativo (A) em andamento.

Art. 15. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - critérios adotados para a estimativa de fontes e recursos para o exercício;

III - os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo dos recursos para financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde;

V - texto da lei;

VI - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes;

VII - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

VIII - anexo III contendo o orçamento fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

IX - anexo IV contendo o orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

X - anexo V contendo o programa de obras das unidades orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná;

XI - anexo VI contendo o demonstrativo das vinculações constitucionais e legais;

XII - anexo VII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;

XIII - anexo VIII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático; e

XIV - anexo IX contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 16. A elaboração do projeto de lei, a sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2009 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de metas fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da receita corrente líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 17. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 18. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 18/09/08, para a consolidação do orçamento geral do estado.

§ 1º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a lei orçamentária do exercício anterior.

Art. 19. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta lei, de forma a garantir o fechamento do orçamento geral do estado.

Art. 20. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 30/06/08.

Art. 21. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Art. 22. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como,

classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de “transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual”, ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 23. As receitas dos órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pelo estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

Art. 24. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes não comporão o demonstrativo de receitas próprias destas entidades. Para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 25. O orçamento fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes, que receberão recursos do estado para compor o seu orçamento de investimento.

Art. 26. O orçamento de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 27. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do projeto de lei orçamentária anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no plano plurianual para o período de 2008 a 2011.

Art. 28. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais específicas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos e na administração geral do estado - recursos sob supervisão da SEFA.

Parágrafo Único. Os órgãos e as unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 21/07/08, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 01/07/08, para serem incluídos no orçamento de 2009, especificando:

I - número da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V - data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

VI - valor do precatório a ser pago (com atualização até 01/07/08, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná);

VII - cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 29. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada órgão/unidade celebrante do contrato.

§ 1º A lei orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de movimentação de crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, na Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/01 e na Portaria nº 339 STN, de 29/08/01 e Decreto Estadual nº 5975, de 22/07/02, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 30. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgãos, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da lei orçamentária anual.

Art. 31. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 030, em relação às receitas tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 32. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de superávit financeiro apurados nos balanços

das unidades da administração indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de governo.

Art. 33. O Poder Executivo deverá dar continuidade ao programa de expansão de ensino superior público, em parceria com as universidades estaduais, incluindo obras e despesas de investimentos e custeio.

§ 1º O Governo do Estado publicará trimestralmente os repasses para as universidades estaduais, o número de acadêmicos atendidos, bem como as despesas efetuadas para desempenho de suas atividades.

Art. 34. A lei orçamentária anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 35. O projeto de lei orçamentária para exercício de 2009, poderá conter autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do valor da receita líquida para fixação da despesa para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, executando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de convênios, acordos nacionais, e com agentes financeiros internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do artigo 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 36. Os ajustes nas ações dos programas do plano plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídos na proposta orçamentária de 2009.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 37. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual serão considerados os efeitos de alterações na legislação tributária até 31/08/08, em especial;

I - as modificações na legislação tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquota dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa do estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

§ 2º Do cálculo da receita corrente líquida serão excluídos os valores referentes à diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com base na Receita Corrente Líquida

Art. 38. No exercício financeiro de 2009 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes líquidas estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das receitas correntes líquidas estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 e com as ressalvas previstas no artigo 22, parágrafo único, item I da referida lei.

Art. 39. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do estado.

Art. 40. Serão previstas na Lei Orçamentária Anual, despesas específicas para:

§ 1º Formação, treinamento, desenvolvimento e capacitação profissional dos recursos humanos;

§ 2º Adequação gradual da remuneração aos parâmetros de mercado;

§ 3º Realização de concursos públicos para suprir deficiências, bem como para reduzir drasticamente as contratações pelo processo seletivo seriado.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 41. O valor das operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 42. As coordenações dos programas financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2009, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o estado pode oferecer.

Art. 43. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

VI - fomentar e apoiar projetos destinados a implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;

VII - fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, a melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e a geração de empregos.

§ 1º O Poder Executivo deverá enviar à Assembléia Legislativa, em até 15 (quinze) dias após o encaminhamento da proposta da Lei Orçamentária, plano de aplicação dos recursos dos entes de fomento referidos no *caput*, contendo o executado nos dois últimos exercícios, detalhado na forma do parágrafo 4º.

§ 2º Integrarão o relatório de que trata o artigo 165, parágrafo 3º, da Constituição Federal, demonstrativos consolidados por agência e/ou ente de fomento, relativos a empréstimos e financiamentos, dos quais constarão as

aplicações no período, inclusive a fundo perdido, os recebimentos no período e os saldos atuais, discriminando-se o total, setor de atividade, origem dos recursos aplicados e porte do tomador.

§ 3º A elaboração dos demonstrativos a que se refere o parágrafo 2º e o plano de aplicação de que trata o parágrafo 1º deverão observar os seguintes critérios:

a) a definição do porte do tomador levará em conta a classificação adotada e papel do agente financiador;

b) os empréstimos e financiamentos deverão ser apresentados, separadamente, o fluxo das aplicações (empréstimos e financiamentos concedidos, menos amortizações) e os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos;

c) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quando para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, a composição dos: recursos próprios; recursos do tesouro; recursos de outras fontes.

§ 4º Os entes de fomento e desenvolvimento referidos neste artigo deverão manter atualizados na internet relatórios de suas operações de crédito consoante às determinações constantes do parágrafo 2º.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 44. O projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2009, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais Disposições

Art. 45. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 46. No caso da não aprovação do projeto de lei orçamentária de 2009 até 31/12/08, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, a razão de 1/12 (um doze avos) mês.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 6º desta lei.

§ 1º O Poder Executivo visando a realização de Audiência Pública, prevista no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, encaminhará à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes das audiências: relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais - Anexo I - desta lei, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, da dívida pública atualizada; dos limites constitucionais relativos a gastos com saúde e educação comparando-se previsão e execução; dos limites de pessoal e endividamento.

§ 2º O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

I - As estimativas de que trata o artigo 12, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - A Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

III - A execução orçamentária com o detalhamento das ações, por órgão e unidade, por função, sub-função e programa, mensalmente e de forma acumulada;

IV - Relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;

V - Até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior do orçamento fiscal e próprio da administração indireta as do Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de Lei Orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;

VI - Até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na Lei Orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.

Art. 48. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real patrimônio líquido do estado.

Art. 51. O Poder Executivo deverá contemplar ao projeto de lei orçamentária para exercício de 2009, ações ao Programa Segurança Integrada relativas a distribuição proporcional entre o efetivo da Polícia Militar e população, priorizando os municípios com maior incidência de criminalidade.

Art. 52. O Poder Executivo deverá contemplar no projeto de lei orçamentária para exercício de 2009, ações ao Programa Transporte Integrado e Logística, visando a elaboração de projetos de transporte e logística para desenvolvimento do eixo multifuncional e multimodal na região oeste do estado do Paraná.

Art. 53. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/07/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Durval Amaral, Waldyr Pugliesi, Tadeu Veneri e 01 ilegível.

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

Na execução orçamentária e financeira do exercício de 2007, procurou-se dar continuidade ao processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

A execução orçamentária do exercício de 2007, obedeceu critérios para a liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 016, de 25/01/07, observando as estimativas de ingresso de receita, bem como, os preceitos do Decreto nº 176 de 15/02/07, que determinou que as solicitações para abertura de procedimentos licitatórios fossem acompanhadas de Declaração de Disponibilidade Financeira, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda.

No exercício financeiro de 2007 as Receitas não financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um decréscimo de 0,45% em relação aos valores previstos na LDO/07.

As Despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um decréscimo de 2,13%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não financeiras e Despesas não financeiras, a meta do Resultado Primário no exercício, ficou acrescido em 37,49% (ver Tabela 1).

Tabela 1: Metas Fiscais Relativas a 2007		
Discriminação	Previsto (em R\$ 1.000)	Realizado (em R\$ 1.000)
Receita não financeira	15.763.278	15.692.201
Despesa não financeira	15.095.919	14.774.649
Resultado Primário	667.359	917.553

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2005 a 2007 e reprogramadas para 2008.

Tabela 2: Metas Fiscais 2005-08 - Preços Correntes - em R\$ 1.000				
Discriminação	2005	2006	2007	(1) 2008
I - Resultado Primário Indicado na LDO	897.003	587.381	667.359	741.997
II - Resultado Primário Obtido	774.853	417.352	917.553	925.756
III - Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-122.150	-170.029	250.194	183.759
IV - Resultado Nominal Obtido	819.831	457.950	-819.452	92.175
Fonte: SEFA/SEPL (1): Reprogramado				

Tabela 3: Metas Fiscais 2005-08 - Preços Constantes de 2008 - em R\$ 1.000				
Discriminação	2005	2006	2007	(1) 2008
I - Resultado Primário Indicado na LDO	1.021.421	632.845	697.123	741.997
II - Resultado Primário Obtido	882.329	449.655	958.476	925.756
III - Resultado Obtido - Meta (II - I)	-139.092	-183.190	261.353	183.759
IV - Resultado Nominal Obtido	933.545	493.395	-856.000	92.175
Fonte: SEFA/SEPL (1): Reprogramado				

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos

principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2005 a 2011.

Tabela 4: Indicadores Econômicos do Período de 2005 a 2011							
Indicador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB do Brasil (variação %)	3,20	3,80	5,40	4,50	4,00	4,09	4,05
PIB do Paraná (variação %)	-0,10	1,40	6,00	5,00	4,50	4,50	4,50
Inflação, IPCA (variação %)	5,69	3,14	4,46	4,50	4,30	4,20	4,09

Tabela 4: Indicadores Econômicos do Período de 2005 a 2011

Indicador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de Câmbio, previsão 04/04 BC (R\$/US\$)	2,30	2,15	1,77	1,75	1,85	1,92	1,92
Fonte: Banco Central, IPARDES/SEPL							

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2009 a 2011, na média de 0,40% do PIB do Paraná, supõe:

a) a retomada do crescimento sustentável da economia do estado;

b) o incremento das receitas não financeiras;
c) a continuidade do programa de ajuste fiscal firmado com o Governo Federal;
d) a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2008 a 2011, a preços correntes e constantes de 2008.

Tabela 5: Metas Fiscais para o Período 2008-11 - Preços correntes R\$ 1.000

Discriminação	2008		2009		2010		2011	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I - Receitas não financeiras	17.646.909	11,04%	18.860.593	10,83%	20.322.005	10,72%	21.736.741	10,54%
II - Despesas não financeiras	16.721.153	10,46%	18.083.461	10,38%	19.560.159	10,31%	20.991.427	10,18%
III - Resultado primário	925.756	0,58%	777.133	0,45%	761.846	0,40%	745.315	0,36%
IV - Saldo devedor da dívida	13.048.918	8,17%	12.326.949	7,08%	12.615.410	6,65%	12.903.292	6,25%
V - Resultado nominal	92.175	0,06%	-721.969	-0,41%	288.461	0,15%	287.882	0,14%
Fonte: SEPL/SEFA								
Nota: O resultado nominal de 2009 aparece como negativo em virtude da previsão do pagamento da dívida do BANESTADO.								

Tabela 6: Metas Fiscais para o Período 2008-11 - Preços Constantes de 2008

Discriminação	2008		2009		2010		2011	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I - Receitas não financeiras	17.646.909	11,04%	18.013.872	10,83%	18.591.626	10,72%	19.922.101	10,54%
II - Despesas não financeiras	16.721.153	10,46%	17.271.628	10,38%	17.894.650	10,31%	19.239.007	10,18%
III - Resultado primário	925.756	0,58%	742.244	0,45%	696.976	0,40%	683.094	0,36%
IV - Saldo devedor da dívida	13.048.918	8,17%	11.773.547	7,08%	11.541.233	6,65%	11.826.091	6,25%
V - Resultado nominal	92.175	0,06%	-689.557	-0,41%	263.899	0,15%	263.849	0,14%
Fonte: SEPL/SEFA								
Nota: O Resultado nominal de 2009 aparece como negativo em virtude da previsão do pagamento da dívida do BANESTADO.								

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial líquido apurado pelo estado no período de 2005 a 2007.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

Patrimônio Líquido	2005 (R\$ 1.000)	2006 (R\$ 1.000)	2007 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	1.887.572	1.741.229	2.145.823
Ativo Permanente	9.963.453	11.098.714	11.817.005
Soma do Ativo Real	11.851.025	12.839.943	13.962.828
Passivo Financeiro	4.338.330	2.752.458	2.442.077
Passivo Permanente	15.602.631	16.297.912	16.430.711
Soma do Passivo Real	19.940.961	19.050.370	18.872.788
Saldo Patrimonial	-8.089.936	-6.210.427	-4.909.960

A evolução do Patrimônio Líquido para o período, foi positiva, tendo em vista que houve uma redução do Passivo Real Descoberto de R\$ 3.179,9 milhões, ocasionada pelos superávits patrimoniais dos exercícios de 2006 e 2007.

4. A Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela ParanaPrevidência, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o ante-projeto que resultou na Lei-PR nº 12398/98 pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o Fundo de Previdência e o Fundo Financeiro que passaram a compor o patrimônio da ParanaPrevidência.

Para o Fundo de Previdência, englobando os servidores ativos que na data de publicação da Lei-PR nº 12398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e

45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o Fundo Financeiro, que englobou os servidores que na data de publicação daquela lei eram inativos, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com a idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.

Desde a inauguração do novo modelo o estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido - e indicado na Tabela 8 - tendo, inclusive, transferido à ParanaPrevidência créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

O comprometimento do estado permitiu que seu Regime Previdenciário adquirisse adequado nível de equilíbrio, incluindo a formação de um Patrimônio - vinculado ao Fundo de Previdência - da ordem de R\$ 7 bilhões, conforme explicitado na Avaliação Atuarial do exercício de 2007, que compreendeu o Parecer Atuarial sobre a situação financeiro-atuarial do Fundo de Previdência da ParanaPrevidência, emitido pelo atuário externo da ParanaPrevidência. Esta avaliação atuarial, ao mesmo tempo em que indicou um superávit da ordem de R\$ 168 milhões apresentou um déficit técnico acumulado da ordem de R\$ 131,3 milhões.

Tabela 8 - Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12398/98

Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00.
	14%	14%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00.

* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total.

Ao longo do tempo a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural. Sob a ótica estrutural destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,96%. Do ponto de vista conjuntural destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais n°s 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo estado nos últimos 6 anos e a efetiva integração do Poder Judiciário.

As intercorrências estruturais determinaram que o nível de contribuição esperado não se efetivasse indicando uma insuficiência de contribuições que foram reconhecidas conforme indicado no Parecer Atuarial, na Nota Técnica SEAP/DSF-NT-004/05, por meio da qual o estado explicitou seu compromisso de cumprimento integral do Plano de Custeio original, assumindo o ônus das

eventuais insuficiências de contribuição que devem ser apuradas e financiadas.

O atendimento desse compromisso com a consequente apuração das eventuais insuficiências de contribuições, que vêm sendo apontadas nos Balanços da ParanaPrevidência, indicam que as intercorrências de ordem conjuntural devem ser consideradas, de modo que, é razoável pressupor que o Plano de Custeio do Regime Próprio de previdência do estado deva - e venha a - ser revisto, de forma a propiciar que o estado, de fato, possa assegurar um adequado nível de capitalização e formação de reservas que ao longo do tempo, permitam a efetiva desoneração financeira e fiscal em face do compromisso com o pagamento de inativos e pensionistas.

A par dessas considerações, o quadro atual da situação financeira e atuarial do Regime de Previdência do Estado indica que o ativo total, vinculado ao Fundo de Previdência, atingiu, em dezembro de 2007, o montante de R\$ 6.987.736,00. O Programa de Investimentos do Fundo de Previdência registrou, no mesmo mês, R\$ 3.713.113,00. O quadro abaixo - Tabela 9 - indica a situação do Fundo de Previdência em dezembro de 2007.

Tabela 9 - Reservas Matemáticas Estimadas Quadro comparativo nos exercícios de 2006 e 2007		
Reservas Matemáticas	2006	2007
(1) Benefícios Concedidos	1.811.281.216,43	2.264.315.785,00
(2) Benefícios a Conceder	6.288.027.567,79	7.383.092.469,00
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	8.099.308.784,22	9.647.408.254,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(3.424.004.835,00)	(3.913.766.359,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	4.675.303.949,22	5.733.641.895,00
(6) = (7) - (5) Resultado Técnico	(302.139.788,31)	(131.365.131,78)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	4.373.164.160,91	5.602.276.763,22

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execu-

ção, por um período superior a dois exercícios (artigo 17 da LC 101/00).

Estas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2009.

Tabela 10 - Saldo da Margem de Expansão em 2009		Em R\$ 1000
Discriminação		2009
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		1.229.479
2. Transferências Constitucionais e Legais		372.572
3. Saldo (1-2)		856.907
4. Saldo já utilizado		853.485

Tabela 10 - Saldo da Margem de Expansão em 2009		Em R\$ 1000
Pessoal		495.586
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários		25.500
PASEP		11.054
Vinculação aos outros Poderes		92.185
Vinculação para a Saúde		62.498
Vinculação para o Ensino Público		156.246
Vinculação para a Ciência e Tecnologia		10.416
5. Margem de Expansão		3.422

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2009 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da reforma tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembléia Legislativa.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 029, tramitando no Congresso Nacional, pode refletir num aumento de despesas não prevista até então.

A possibilidade de ocorrer a vinculação para segurança pública poderá acarretar em aumento da vinculação da receita tributária, podendo então ocasionar um redimensionamento no programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício em questão.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescentar e alterar o dispositivo das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/08, de 24/06/08, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 286/08

P A R E C E R :

Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 286/08 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo a acrescentar e alterar dispositivos das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6416/74 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

Competência e previsão legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado.

O artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, asseguram ao Governador do Estado, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

O Governador do Estado tem competência para iniciar projetos de lei, sobre a organização das Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná, assegurada pelos artigos 87, incisos IV c/c artigo 66, inciso III da Constituição Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

Art. 66. Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I...

II...

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

À competência para propositura do presente projeto é do Governador do estado do Paraná, conforme demonstrado nos artigos supracitados da Constituição Estadual.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado pelo Governador, pois o mesmo tem prerrogativa e competência para a proposição de lei estadual, acrescentar e alterar dispositivos das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6416/74 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela consti-

tucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 286/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 286/08, em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade acrescentar e alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), e adota outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que o projeto de lei estabelece benefícios a Praças da Polícia Militar do Estado, valorizando e motivando-os, ao garantir ascensão na carreira mediante justa promoção, em caráter especial, pelo critério de antiguidade, considerando-se o tempo de serviço prestado em prol do estado e da segurança pública, assegurando-lhes ainda compensação remuneratória condigna, incentivando-os a permanecer nos quadros da Corporação pelo tempo máximo fixado em lei.

O Poder Executivo apresenta apenso ao projeto de lei estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em respeito à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/07/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1213/08, que cria e transforma cargos de servidores no âmbito do Ministério Público do Paraná e disciplina o seu exercício. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/08, de 01/07/08, em Ofícios)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 296/08

P A R E C E R :

Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 296/08 de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, representado pelo Pro-

curador Geral, tem por escopo, criar e transformar cargos de servidores no âmbito do Ministério Público do Paraná e disciplina seu exercício.

Competência e previsão legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Ministério Público do Estado do Paraná.

O artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, assegura ao Procurador Geral da Justiça a iniciativa para propor leis ordinárias para a referida aprovação do Poder Legislativo.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114, parágrafo 2º, assevera que a iniciativa para propor ao Poder Legislativo, leis ordinárias para criar e transformar cargos de servidores no âmbito do Ministério Público, é do Procurador Geral da Justiça.

Art. 114. Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

§ 1º...

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

O artigo 114 da Constituição Estadual, assegura que, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

No parágrafo 2º do referido artigo, ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-o por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

Assim, a matéria apresentada neste projeto lei, é de iniciativa do Procurador Geral de Justiça, propor ao Poder Legislativo a criação e transformação de cargos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência administrativa do Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela consti-

tucionalidade do projeto de lei, pois não encontra nenhum óbice, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 296/08

Fica alterado o artigo 7º, do Projeto de Lei nº 296/08, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O preenchimento dos cargos ora criados por esta lei, assim como qualquer aumento de despesa dele decorrente, fica condicionado ao cumprimento dos requisitos e dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).”

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 296/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei tem por escopo criar e transformar cargos de servidores no âmbito do Ministério Público do Paraná e disciplina seu exercício.

A propositura já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, corroborando sua consonância com os aspectos constitucionais e legais.

Cabe a esta Comissão de Finanças constituir parecer a partir do estudo voltado aos aspectos econômicos-financeiros da proposta, guiados principalmente pela Lei Complementar nº 101/00.

Importante que se diga: o Ministério Público maneja, em sua administração, verba pública, pelo que se deve respeitar todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outras. Essa lei prevê, em seus artigos 15 e 16, o que segue:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A partir disso, necessário que se analise se o projeto trouxe essas informações. Pela simples análise do

texto do projeto, temos que todos os requisitos para que se viabilize o aumento em gasto público estão atendidos, oportunizando, por decorrência, o prosseguimento do trâmite regimental deste projeto.

Sendo assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, dado sua consonância com os requisitos exigidos para tanto.

Sala das Comissões, em 09/07/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1214/08, que dispõe sobre os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais da Promotoria do Ministério Público do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/08, de 01/07/08, em Ofícios)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 297/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público, tem por objetivo reajustar em 6,57% os vencimentos básicos dos servidores do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná

Fundamentação

Inicialmente, devemos observar o artigo 27 da Constituição Estadual, que determina que a remuneração dos servidores públicos só poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso e assegurada revisão anual:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do estado e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também o seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (grifo nosso)

O projeto de lei em análise visa justamente efetuar a revisão anual da remuneração dos servidores. No que diz respeito à iniciativa privativa a ser respeitada em cada caso, devemos observar o artigo 127 da Constituição da República, que assegura autonomia funcional e administrativa ao Ministério Público, bem como o direito de pro-

por ao Poder Legislativo a política remuneratória e os planos de carreira:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(...)

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Cabe também observar o artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná, que aborda o mesmo assunto:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

(...)

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

Assim, constatamos que é do Ministério Público a iniciativa privativa para propor à Assembléia Legislativa um projeto de lei que trate da remuneração de seus servidores, encontrando respaldo constitucional para tanto.

Cabe observar que, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a ação governamental que acarrete aumento da despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifos nossos)

Averiguamos que o presente projeto apresenta anexos contendo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado. Além disso, em sua justificativa, o ordenador da despesa afirma que, de acordo com estudos realizados, a despesa possui previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 15570/07). Desta forma, não encontra óbice na Lei Complementar nº 101/00, sendo revestido de legalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, ao determinar, em seu artigo 4º, que sejam “revogadas as disposições em contrário”, o projeto de lei em questão encontra óbice frente ao artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta forma, sugere-se uma emenda supressiva para sanar a ilegalidade apontada.

Conclusão.

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade apresentadas pelo presente projeto de lei, opinamos pela sua aprovação, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 297/08

P A R E C E R :

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 1º e 141, II, fica suprimida parte da redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 297/08, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/07/08.”

Sala das Comissões, em 08/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 297/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público, tem por objetivo dispõe sobre os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável, quanto a constitucionalidade e legalidade da matéria.

Chamada a opinar conforme preceitua o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, a Comissão de Finanças acompanha o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, por entender que a proposição

encontra-se conforme com a legislação estadual e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 297/08.

Sala das Comissões, em 09/07/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de junho de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de junho de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02/07/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Edson Strapasson, Francisco Bühner, Elio Rusch,
Dobrandino da Silva e Ribas Carli Filho.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 059/08

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas da verba para atender despesas de ressarcimento dos Srs. Deputados, relativas ao mês de junho de 2008, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Examinado o relatório da Proposição nº 059/08, constatamos que o todo encontra-se correto, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto as contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decide este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02/07/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1883, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1863, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1864, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1865, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1866, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1867 a 1870, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1871, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 1872 e 1873, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1876, 1877 e 1881, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1880, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 276 e 284/08.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 409/07 e 272/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026, 151, 286, 297/08 e do Projeto de Resolução nº 013/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 262, 292, 293, 294 e 299/08.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK, EM 14 DE JULHO DE 2008.

SOS Planeta Terra

Gilnei Fróes, Presidente do
Instituto Bering Fróes Eco Global

Falo como qualquer cidadão planetário. E minha indignação pode ser traduzida em qualquer idioma. Falo como ser consciente dos seculares absurdos e atrocidades econômicas cometidas contra a ecológica Floresta Amazônica. Essa devastação é um aborto, contrariando a alquimia da natureza massacrada. Ecossistemas, habitat, seres de flora e fauna, matrizes de animais, ovos, ninhos, filhotes e seus alimentos são extirpados da selva. E as leis nacionais, que poderiam defender, preservar, conservar, impor respeito, são meras palavras mortas! Afinal: a floresta será extirpada na nação!?

De fato nasci no Brasil, mas temos antepassados europeus. E o código genético é porta-voz das decisões, criatividade, tendências, dons, espírito de solidariedade e irmandade que nos une. Quem lê artigos do projeto SOS Planeta Terra sabe que não aprovo a esperteza, a trapaça, o jeitinho, nem a soberania da incompetência. Ética que me custou muito sacrifício, época de estudante universitário. Fomos discriminados, mais do que poderia sofrer um escravo. E no auge da ditadura, sendo Presidente da Federação Acadêmica de Pelotas (70/2), órgão máximo da classe universitária, custaram-nos reprovações, perseguições, ameaças, detenções, atrasando só mais nove anos a nossa graduação. Crime? Defender a liberdade de pensar, discordar, mobilizar e defender princípios dos direitos e retidão humana.

O planeta Terra é só uma nação, com vários povos, múltiplos idiomas, diversos credos, muitas guerras infrutíferas, extrema ignorância e desrespeito humano, ganância desmedida a qualquer preço e instituições políticas falidas pela inoperância dos que deveriam ter consciência da fragilidade da “vida da natureza” e da “natureza da vida”. E a miséria ambiental - com desertificações, solos inférteis - é a origem da miséria humana - fome, violência, guerras. Por isso, nossos projetos comprovam que a energia da fraternidade pode ser universalista, consolidando uma planetária “fraternidade de energias” boas, concederem-se autonomia e apoio a institutos e fundações nacionais.

A Amazônia, sob ótica de patrimônio do Brasil, é tratada como mero objeto egoístico de posse. Todos os Governos não foram sérios em cuidar, zelar, proteger este cofre e santuário brasileiro e latino. E mais, quem quiser ajudar com projetos sérios, não é levado a sério no próprio ministério, pela falta de ética e ótica futurista. Cientistas são vistos como sonhadores, alarmistas ou bobos! Será que, só os que passam pelo “poder temporário” -

desprezando idéias, projetos da sociedade, ao desconhecer C&TI ou Gestão Ambiental produtiva - não abrem as portas para o futuro. Será que só as idéias oficiais é que valem? Será que conhecem que só na época do soberano Imperador Dom Pedro o Brasil impôs respeito aos nossos limítrofes amazônicos? Para quem escrevi o livro Dossiê da Amazônia? Satisfazer o ego? Ganhar fortunas? Ou levar cultura às bibliotecas de escolas e universidades?

A Amazônia é importante para a humanidade do planeta Terra, tanto quanto os oceanos com muitos nomes. Tem uma múltipla coleção de biodiversidade e funções reguladoras globais inseridas em seu poético manto florestal-aquático. A Amazônia tem minérios, flora e fauna exuberantes, povos com culturas indígenas raras. E seus rios são como veias e artérias que integram a filosofia Gaia, que não podem ser contaminados, assoreados, corrompidos, degradados, assassinados com suas ricas espécies de peixes, répteis e mamíferos. Todas as fortunas do mundo juntas e todo ouro, petróleo, diamantes, não pagam sua função reguladora climática, na exclusiva vocação de ser floresta.

Tampouco nem todo capital do sistema financeiro mundial, somado a fortunas de impérios empresariais, pode pagar as funções ecossistêmicas da floresta e seus seres. Tampouco as relíquias de arte do Louvre - ou de quaisquer museus ou bibliotecas de todos países - esculturas e telas de criatividade de Aleijadinho, Da Vinci, Toulouse Lautrec; ou obras musicais de Bach, Beethoven; ou direitos autorais dos Beatles ou nossa ópera. O Guarani, (do maestro Carlos Gomes) podem pagar o valor de sua exuberância planetária da Amazônia? Sem dúvidas! Não! a floresta é de interesse global! E enfatizo: o que vale mais? O petróleo, ouro, diamantes, propriedades e o dinheiro? Ou a água, alimentos naturais e o oxigênio que as árvores nos dão? O amor é a plena certeza da posse? Ou a posse é a plena certeza de amar? Quem ama permite devastar seu objeto de posse? Esperaremos até a última árvore, para ter um atestado de óbito?

Nem a Torre Eiffel ou a Estátua da Liberdade produzem oxigênio, água ou plantas medicinais. E o petróleo só enriquece poucos e penaliza todos os cidadãos planetários - escravidão da high tech consumista - com poluição ambiental. Por isso, a política ambiental do Governo deve direcionar apoio a ONGs nacionalistas. Temos gênios nacionais & criativos cientistas sufocados pela política da ignorância e pela ignorância política.

Herdamos grande parte das idéias, crenças, modelos, leis, impostos e opiniões. Herdamos hábitos e costumes mental-existenciais: religiões, vestimentas e partidos. Somos moldados pelo ambiente que nos circunda. Poluição, degradação, miséria humana e ambiental, fome, violência crescente! Quem foi criativo, autêntico, honesto e inovador não precisa de rótulo de rebelde. Por isso estou neste café histórico, senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, temos soluções. Por isso, poderemos continuar a conversa em Brasília?

Obrigado pelo convite oficial.”

Publicações:**Atas de Comissões****Defesa do Consumidor****COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente, deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 850/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente, deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 192/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

Redação**COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 016/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o

Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 041/08, 148/08 e 161/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 160/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia,

oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 124, 621, 844/07; 082/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 867/07, 184/08, 154/08 e 216/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 159/08 e 194/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão

de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Plauto Miró, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 191/08, 197/08 e 199/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Plauto Miró, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 130/08, e 198/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e oito, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua sexta reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação a verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de junho de 2008 - Proposição nº 059/08. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, declinando a palavra ao Sr. Presidente da Comissão, Deputado Douglas Fabrício, Relator da Proposição nº 059/08, que trata da prestação de contas de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente

ao mês de junho de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04. Examinada a matéria, o Sr. Relator decidiu pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, uma vez que as contas encontram-se exatas, dentro das normas de sua regulamentação e de acordo com a legislação em vigor. Parecer este que foi acompanhado por todos os Srs. Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constatar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Rosane Ferreira e Luiz Fernandes Litro. O Sr. Presidente declara aberta a presente reunião agradecendo a presença dos Srs.: J. S. Fagundes Cunha, Jaime Alberti Gomes, Luiz Miguel Schiebelbein e Raul Stefanoni Júnior, representantes da Bioex/etanol; José Carlos Laurindo, representante do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR; Airtton Diegues Brisolla, Diretor-Presidente do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia - CPRA; Luiz Antonio Rossafa, Diretor da Companhia Paranaense de Energia - COPEL; Richardson de Souza, representante da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento - SEAB; Antoninho Maurina, representante do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Rui Yamaoca, representante do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, que prontamente compareceram para participar da reunião sobre o projeto que culmina no etanol a partir da batata-doce, conforme notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, que para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e

aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim,
para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 01) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 02) Projeto de Lei nº 151/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, que para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Mauro Moraes. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 286/08 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, O Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão em exercício, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

